

AMAZÔNIA DAS CRIANÇAS

GUIA DE NAVEGAÇÃO



AMAZÔNIA DAS CRIANÇAS





AMAZÔNIA DAS CRIANÇAS

GUIA DE NAVEGAÇÃO

FOTOGRAFIAS

ARAQUÊM ALCÂNTARA

COORDENAÇÃO E TEXTOS

ZYSMAN NEIMAN



O C6 Bank e a Mastercard estão felizes em apresentar a você, professor, este guia de navegação para o livro *Amazônia das Crianças*.

Seu trabalho é fundamental para que os estudantes conheçam o Brasil, as populações e culturas regionais.

A educação tem o potencial de transformar as próximas gerações, para que nossos pequenos se tornem adultos conscientes e atuantes na defesa da floresta.

Aproveitamos este espaço para agradecer sua dedicação à docência e seu empenho em apresentar a Amazônia às nossas crianças.

Que seu trabalho renda muitos frutos e ajude a construir um país cada vez mais diverso e sustentável.



Criança da etnia Baré, rio Uaupés. São Gabriel da Cachoeira, Amazonas

AMAZÔNIA

- Divisas de países
- Divisas estaduais (FORA DA AMAZÔNIA LEGAL)
- Divisas estaduais (DENTRO DA AMAZÔNIA LEGAL)
- Capitais estaduais
- Principais rios
- Amazônia Legal
- América do Sul



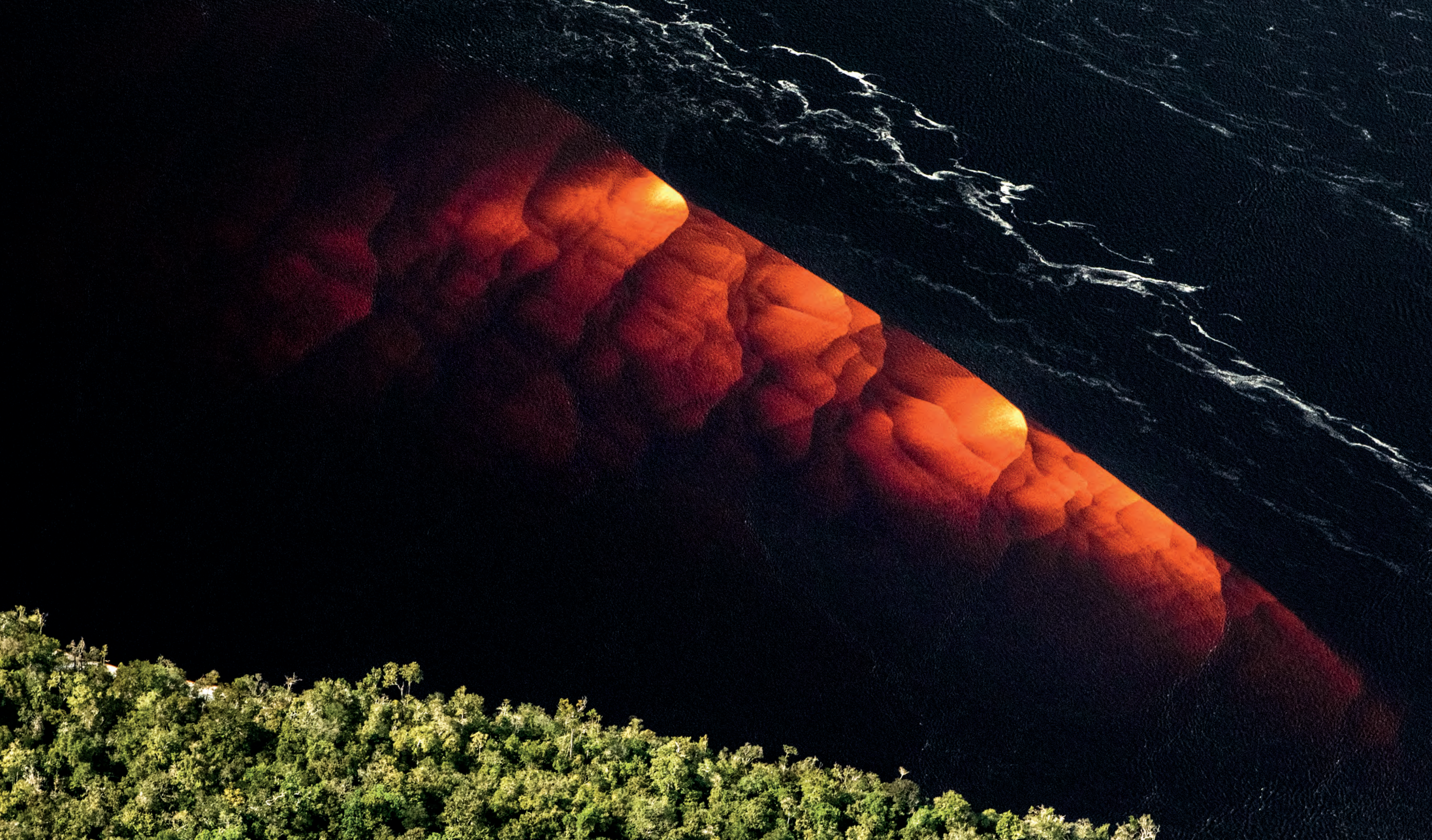
0 95 190 380 570 km















GUIA DE NAVEGAÇÃO

SUMÁRIO

Nas páginas anteriores:

- Rio Moa, Cruzeiro do Sul (AC)
- Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira (AM)
- Rio Içana, Pari-Cachoeira (AM)
- Rio Negro, Novo Airão (AM)
- Rio Negro, Anavilhanas (AM)

Ao lado, Indígena takumã, Parque Nacional do Xingu, Aldeia Kamayurá (MT)

20	APRESENTAÇÃO
26	ESPELHO DA NAÇÃO
54	BRASIL, TERRA INDÍGENA
62	A ENERGIA DO AÇAÍ
68	O BOI DA AMAZÔNIA
76	A HERANÇA DA BORRACHA
82	DIVISOR DE ÁGUAS
90	BICICLETAS E BÚFALOS
96	RIOS QUE PARECEM NÃO TER FIM
104	RAINHA DAS ÁGUAS
112	BELO MONTE: MAIS PEDRA DO QUE ÁGUA
118	RESISTÊNCIA QUILOMBOLA
126	MARIA DE NAZARÉ, MÃE DA AMAZÔNIA
132	MAR DE PESCADORES
136	HORIZONTE MACUXI
144	CIDADES SOBRE A FLORESTA
152	PARA IR ALÉM – FILMES E LIVROS
156	CRÉDITOS



Apresentação

“A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. Os espíritos xapiri, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe.”
(Davi Kopenawa, em *A queda do céu*)

O Brasil tem todas as condições para assumir o protagonismo mundial no enfrentamento às mudanças climáticas. É uma tarefa grandiosa, porém, o ciclo de destruição que ameaça a estabilidade do clima pode ser revertido, sobretudo com educação e posicionamento da sociedade.

Morada da maior floresta tropical nativa da Terra e de 25% da biodiversidade do planeta, com 311 espécies de mamíferos, 1.300 de aves, 1,4 mil de peixes e 550 de répteis, o Brasil é peça fundamental na engrenagem global no que diz respeito à sustentabilidade.

Compreender todo esse imenso potencial e essa riqueza, interromper o desmatamento, restaurar florestas, investir em cientistas, criar um novo modelo de desenvolvimento social para os cerca de 30 milhões de amazônidas é um dever, um imperativo moral do Estado e de todos os brasileiros – e vital para o futuro do ser humano.

A ação deve ser imediata para breçar o ciclo fulminante de destruição da floresta que acelerou nos últimos 50 anos: até 1975, a área desmatada correspondia a 0,5% da Amazônia; hoje, já perdemos 20% e outros 20% estão degradados. Os números alarmantes são combustível para o aquecimento global descontrolado, além de quebrarem os ciclos de chuva que garantem as safras do agronegócio brasileiro e de colocarem em xeque o funcionamento da máquina hídrica que produz 20% da água doce da Terra.

Ao assumirmos a parte que nos cabe, o Brasil se transforma em referência de uma nova consciência global, polo de investimento em práticas sustentáveis. Para isso acontecer, as queimadas criminosas que dizimam a selva em uma velocidade inédita no país (45% de emissões nacionais de gases do efeito estufa) precisam ser controladas. No final de 2022, o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases do Efeito Estufa (SEEG) anunciou a maior taxa de emissões do Brasil em 19 anos: 2,42 bilhões de toneladas brutas de CO₂ e em 2021 – um aumento de 12,2% em relação a 2020.

Reverter essa cavalgada para o precipício passa também por uma nova educação, que ensine desde cedo como se sustenta o maior bioma do país e a relevância dele para o equilíbrio do mundo inteiro. O brasileiro precisa conhecer a Amazônia para amá-la e defender sua conservação – não dá para zelar por algo que se ignora.

Nesse cenário, o projeto Amazônia das Crianças apresenta o cotidiano e os sonhos de meninos e meninas que vivem na região amazônica – seja em cidades, vilarejos ou aldeias. No primeiro livro, em 14 capítulos, jogamos luz sobre as crianças protagonistas; no segundo (este que você tem em mãos, batizado de *Guia de Navegação*), a partir das experiências e da região de cada jovem representante, desdobramos suas realidades e ampliamos os conceitos históricos, sociais, econômicos e ecológicos para serem debatidos pelo educador em sala de aula.

As crianças são a principal esperança de que os processos de degradação e mau uso dos recursos naturais da Amazônia sejam revertidos. A educação de uma nova geração de brasileiros pode pacificar as relações entre sociedade humana e meio ambiente. Só assim a sociobiodiversidade ímpar da região estará garantida no futuro.

De cunho artístico e pedagógico, pensado para atender primordialmente a faixa etária dos 8 aos 12 anos, o *Amazônia das Crianças* congrega as narrativas verbais (o texto) e visuais (a fotografia e a ilustração) para um retrato das crianças e de suas relações com o entorno e com a natureza, revelando não só as maravilhas da fauna, da flora e das lendas regionais, como as ameaças do dia a dia: a poluição das águas, as queimadas, a pressão dos garimpos e os rituais seculares à beira de extinção.

Importante ressaltar que o projeto está alinhado com os pressupostos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), já que é seu objetivo oferecer estratégias e conteúdos para serem desenvolvidos no Ensino Fundamental. Consideramos o cruzamento de abordagens de implementação



Criança Carajá com pirarucu, rio Araguaia (TO)



intradisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar com as esferas de organização do trabalho pedagógico: currículos, projetos pedagógicos e planos de aula.

O material contribui para que as crianças em fase de aprendizagem desenvolvam as habilidades previstas na BNCC – em especial, identificar as características das paisagens e descrever as interações com a natureza realizadas por diferentes tipos de sociedade (destaque para as populações tradicionais e os povos indígenas originários, ligados aos saberes das águas e da terra). Assim, a criança leitora adquire competências de interpretação de contextos ambientais e se apropria do conceito de sustentabilidade, despertando uma consciência conservacionista.

Até os 8 anos, a criança está mais orientada a interesses no ambiente próximo (família, escola e a própria comunidade). A partir dessa idade, meninos e meninas passam, de forma crescente, a desenvolver outras relações e, assim, a expandir suas investigações de universos sociais. É aí que passam a perceber o outro e as suas singularidades – por isso, questões de alteridade podem ser mais bem trabalhadas nessa fase. A criança já venceu os primeiros desafios da alfabetização e está apta a enfrentar leituras interpretativas de textos curtos, com abordagem apropriada para a faixa etária.

Sob a mediação dos educadores, a leitura dos textos de *Amazônia das Crianças* proporciona às crianças a compreensão das características dos mundos natural e social, demonstrando as relações entre eles, além de exercitar a curiosidade para buscar respostas com base nos conhecimentos de outros brasileiros da mesma faixa etária.

A fotografia foi escolhida como elemento central do projeto porque estabelece uma comunicação imediata. Sendo uma linguagem universal, a foto é compreendida por toda a família humana e tem o poder de gerar um movimento em direção a mudanças, chamando a atenção para questões socioambientais.

Este Guia de Navegação foi concebido para provocar a ação do professor, de modo que os estudantes acessem um repertório de conhecimentos e se conscientizem sobre a emergência climática. Considerando uma visão mais ampla do conceito de sustentabilidade, e a convicção de que a educação ambiental define os modelos de sociedade do futuro, *Amazônia das Crianças* amplia o debate por meio de uma abordagem multidisciplinar, com a força de unir arte/sensibilidade a ciência/razão.





Espelho da nação

“Num mundo fadado a enfrentar a emergência climática que se avizinha, preservar a maior floresta tropical do mundo é, antes de tudo, um dever de civilização.”

(João Moreira Salles, em *Arrabalde*)

A Amazônia é motivo de orgulho – não de disputa. Sinônimo de “vida” em diversas conotações, a floresta é autosuficiente e, de quebra, garante a sobrevivência do planeta da forma como ele existe hoje.

Conhecer e valorizar a Amazônia é ponto de partida para qualquer solução à crise ambiental que ameaça a Terra. Após décadas de destruição maciça como se não houvesse amanhã, temos a oportunidade de aliar saberes tradicionais à ciência e tecnologia para transformar esse modelo de desenvolvimento que já não faz sentido – está constatado que, sem respeito à natureza, nosso futuro é inóspito. Nós somos a natureza.

É preciso entender os fatos que trouxeram esse importante bioma ao estágio deplorável em que se encontra. Convidamos aqui os professores a (re)conhecer essa história para que seja trabalhada com seus alunos. O futuro de nossa sociedade depende da consciência que despertarmos agora.

O objetivo principal do *Amazônia das Crianças* é funcionar como um primeiro passo mata adentro. Desde a infância, os brasileiros precisam se encantar com a floresta em pé, admirar o conhecimento milenar dos povos originários e aprender por que a Amazônia importa para a Terra.

Início da história amazônica

O Brasil é o único país do mundo com nome de árvore, e nenhum lugar poderia melhor representá-lo do que a Amazônia. Em nosso território fica grande parte da maior floresta tropical do planeta, também presente na Bolívia, na Colômbia, no Equador, na Guiana, na Guiana Francesa, no Peru, no Suriname e na Venezuela. Uma imensidão verde que se pode avistar do espaço.

A Amazônia ocupa mais de 7 milhões de quilômetros quadrados (quase metade de toda a América do Sul e 45% da área do Brasil), sendo que, deles, 5,5 milhões são cobertos por vegetação florestal, das quais mais de 3,5 milhões estão no Brasil. Sozinha, a Amazônia representa mais da metade de todas as florestas tropicais que restaram no mundo. A floresta do Congo, segunda colocada, ocupa apenas um terço de área se comparada com a floresta amazônica.

Ocupada por povos originários há mais de 11 mil anos, segundo evidências arqueológicas encontradas na Caverna da Pedra Pintada (Monte Alegre, PA), foi somente no século XVI que os primeiros exploradores europeus se aventuram pelos seus rios.

Pioneiro, o espanhol Francisco Orellana percorreu toda

a extensão do rio Amazonas (*Paraná-assú* para os indígenas) entre 1540 e 1542, e relatou, por intermédio de seu cronista Gaspar de Carvajal, ter avistado mulheres guerreiras, relacionando-as às Amazonas, presentes na mitologia grega. Foi desde então que o rio passou a se chamar rio das Amazonas, depois apenas rio Amazonas, e a região, por derivação, Amazônia.

Orellana fazia parte de uma expedição comandada por Gonzalo Pizarro, cruel e brutal conquistador espanhol que dizimou o império inca em Cusco (Peru), e depois foi declarado governador de Quito, de onde partiu para tentar encontrar a mitológica cidade de El Dorado, que seria toda feita de ouro. Após a morte de mais de metade de sua tropa de 220 espanhóis e mais de 4 mil nativos nessa jornada, Gonzalo decidiu voltar para Quito e incumbiu Orellana de seguir em frente, cabendo-lhe, então, a glória (e as dificuldades extremas) de ter descoberto o curso do maior rio do planeta.

Em 1560, outra expedição em busca de El Dorado foi comandada pelo espanhol Pedro de Ursúa. No entanto, a desilusão por não terem encontrado o metal precioso provocou uma violenta revolta entre seus soldados, e Lope de Aguirre foi considerado o principal responsável pela insurgência.



À esquerda, encontro das águas do rio Tapajós com o rio Amazonas em Santarém (PA). Acima, ipê amarelo na Serra do Divisor (AC).



Foi na Amazônia que Mário de Andrade conheceu importantes traços que ele mesmo viria a entender como “brasilidade”, principalmente após o contato com a cultura de populações quilombolas, ribeirinhas e indígenas.

Mário de Andrade e um tronco de sumaúma entre Santo Antônio e Porto Velho (RO), em 11 de julho de 1927.

Desde então, Aguirre foi transformado pelos narradores da época em tirano e louco, alcunhas que acompanham toda a narrativa de sua história até os dias atuais.

Já no século XVII, no final de 1615, os portugueses partiram em expedição, por ordem da Coroa, para a foz do rio Amazonas, com o objetivo de consolidar a ocupação da colônia nessa região. O comandante das três embarcações era Francisco Caldeira Castelo Branco, e um de seus membros era o alferes Pedro Teixeira. Em 12 de janeiro de 1616, chegaram à baía de Guajará e ali colocaram a pedra fundamental do que se tornaria o Forte do Presépio, local onde se implantaria a cidade de Belém (PA).

Pedro Teixeira foi um grande explorador, navegou em missões de guerra, captura de escravos e colonização pelos rios Xingu e Tapajós. Em 1637, subiu o rio Amazonas com 45 canoas, acompanhado de 70 soldados e mais de mil remadores indígenas, em busca de uma rota que daria acesso ao Oceano Pacífico, fundando a vila de Franciscana, entre os rios Napo e Aguarico, para demarcar as divisas entre as terras dos portugueses e espanhóis (marco do tratado de Tordesilhas). Concluiu sua jornada em Quito.

A Amazônia também despertou o interesse de muitos naturalistas ao longo dos séculos XVIII e XIX. O francês Charles-Marie de La Condamine foi o primeiro pesquisador a explorar todo o curso do rio Amazonas, tendo descrito sua fauna, flora e geografia entre 1735 e 1744. É de sua autoria uma comunicação científica que relata a sua interligação com o rio Orinoco, e seus escritos sobre a biologia da região serviram de inspiração para muitos outros cientistas que posteriormente visitaram a Amazônia.

Em Belém (PA), passou algum tempo estudando o látex extraído da seringueira (*Hevea brasiliensis*) e o uso da borracha. Foi ele, também, que fez as primeiras observações sobre a quina (*Cinchona sp*), arbusto de onde se extrai o quinino, e sobre o curare, veneno extraído de diversas plantas, principalmente dos gêneros *Chondrodendron* e *Strychnos*, utilizado pelos indígenas nas pontas de flecha para a caça.

Nascido na Bahia, Alexandre Rodrigues Ferreira foi o primeiro naturalista brasileiro a explorar o interior da Amazônia entre 1783 e 1792. Percorreu as ilhas de Marajó, Cametá, Baião, Pederneiras e Alcobaça, subindo os rios Amazonas e Negro, até o limite das terras espanholas; e os rios Branco, Madeira e Guaporé, chegando à vila de Cuiabá, já nos domínios do Pantanal mato-grossense, navegando até o rio Paraguai, sempre descrevendo a fauna, a flora e as técnicas agrícolas das populações originárias.

Também estiveram na Amazônia, entre 1848 e 1858, os naturalistas Richard Spruce, botânico que descreveu a espécie *Banisteria caapi* (cipó Aia-huasca, usado em rituais religiosos pelos membros de algumas etnias, entre elas a Tukano); Henry Walter Bates, autor do livro *The naturalist on the river Amazon* (1863), em que descreve mais de 14 mil espécies (a maioria de insetos), considerado por Charles Darwin um dos dois livros que mais o influenciaram; e Alfred Russel Wallace, que cartografou o rio Negro por quatro anos, descrevendo espécies da fauna e da flora, cujos espécimes recolhidos, e que esperava vender na Inglaterra, foram perdidos em um incêndio no navio em que viajava de regresso. Apesar do infortúnio, com parte de seus diários salvos, Wallace escreveu seis ensaios científicos que, juntamente com estudos de Bates, contribuíram para a elaboração da Teoria da Evolução das Espécies, sistematizada definitivamente por Charles Darwin.

Tempos mais recentes

A revolução industrial, na virada dos séculos XIX e XX, produziu alguns marcos como o início da era dos automóveis: Henry Ford transformou todos os processos de fabricação ao criar a linha de produção.

Um dos itens mais importantes na produção dos automóveis, os pneus, eram feitos de borracha extraída da seringueira, o que pautou o ciclo econômico da Amazônia entre os anos 1879 e 1912. Manaus, Porto Velho e Belém se tornaram as cidades mais desenvolvidas do Brasil, devido à grande quantidade de dinheiro produzido pelo chamado Ciclo da Borracha. Essas capitais construíram sistemas de água, esgoto e eletricidade, além de erguerem palacetes, museus e cinemas – tempos de imponência no Norte do país.

Henry Ford idealizou um megaprojeto agroindustrial para produzir látex em larga escala na Amazônia, e implementou, em 1927, por meio de uma concessão do Estado do Pará, às margens do rio Tapajós, um complexo que incluía uma cidade em plena floresta, mais tarde chamada Fordlândia, e cerca de 1 milhão de hectares de monocultura da seringueira. Na cidade havia hospitais, moradias, refeitórios e, para os engenheiros e funcionários da elite, até mesmo quadras, piscinas, clube, cinema, campos de futebol e gramados para golfe. Os trabalhadores foram recrutados em todos os cantos do Brasil, e criou-se uma euforia em torno da grande quantidade de empregos gerados pelo projeto.

Porém, mesmo sem conhecer a agricultura em terras tropicais, Ford desprezou as orientações dos engenheiros florestais brasileiros e, tendo a qualidade do solo como fator limitante para o desenvolvimento das árvores, a monocultura foi atacada por diversos tipos de praga. Assim o projeto naufragou, com prejuízo de 9 milhões de dólares à época. Não bastasse o fracasso agrícola, o inglês Henry Wickham contrabandeou 70 mil sementes de seringueira, o que permitiu à Inglaterra plantar a espécie em colônias da Ásia e dar ao Império Britânico o monopólio da produção mundial de látex. Além disso, no final da Segunda Guerra Mundial surgiu a borracha sintética. Fordlândia foi repassada ao governo do Pará e hoje encontra-se em ruínas.

No mesmo ano de 1927, Mário de Andrade, um dos mais importantes escritores do Modernismo brasileiro, esteve na região para realizar a viagem pelo rio Amazonas

que redundou na publicação do livro *O turista aprendiz* e, em seguida, duas de suas mais importantes obras: *Clã do jabuti* (1927) e *Macunaíma* (1928). Foi na Amazônia que Mário de Andrade conheceu importantes traços que ele mesmo viria a entender como “brasilidade”, principalmente após o contato com a cultura de populações quilombolas, ribeirinhas e indígenas.

Paisagens amazônicas

A Amazônia abriga uma das maiores biodiversidades do mundo, com 25 diferentes paisagens e quatro tipos de floresta. Como termômetro de tudo o que já foi descoberto e tudo o que está por vir, basta dizer que, entre os 14 gêneros de primatas, o sagui-de-Schneider (*Mico schneideri*) foi identificado apenas em 2021!

Indígenas Zoés, rio Cuminapanema (PA).



Alguns animais compõem a sonoridade da floresta, com seus cantos, coaxares, silvos, gritos, urros e outras vocalizações, de aves como o uirapuru (*Cyphorhinus arada*) e o cricrió (*Lipaugus vociferans*), macacos como o guariba (*Alouatta sp.*), anfíbios diversos (das famílias *Brachycephaloideae* ou *terrarana*) e insetos, como grilos e cigarras. Entre os números da flora, destaque para os 40 mil de plantas superiores (3 mil só de árvores), variando entre 40 a 300 espécies diferentes por hectare.

As principais configurações paisagísticas e ecológicas podem ser classificadas em Mata de Terra Firme (sempre seca), Mata de Várzea (que alaga na época das chuvas) e Mata de Igapó (perenemente alagada). Além dessas formações mais características, há extensas áreas de cerrados, campos e vegetação litorânea, compondo um conjunto que constitui importante fonte de matérias-primas – alimentares, florestais, medicinais, energéticas e minerais.

Cento e oitenta povos indígenas formam uma população com mais de 440 mil indivíduos (310 mil pessoas vivendo em aldeias e cerca de 77 grupos ainda totalmente isolados), falando mais de 150 idiomas diferentes, sendo os maiores grupos os das etnias Guarani, Xerente, Amawáka, Anambé, Kambeba e Aruá. Somente na terra yanomami, localizada nos estados de Roraima e Amazonas, vivem mais de 25 mil indígenas. Também estão na Amazônia mais de mil comunidades quilombolas, além de uma grande variedade de povos tradicionais, que inclui seringueiros, pescadores artesanais, castanheiros, ribeirinhos e babaqueiros.

Essa diversidade de culturas gera uma riqueza de eventos tradicionais, como o Kuarup no Parque Indígena do Xingu, as danças e manifestações folclóricas como o boi de máscara de São Caetano de Odívelas, o boi-bumbá de Parintins, o marambiré de Óbidos, a marujada do Acre, o marabaixo de Macapá, o siriri ou cururu do Mato Grosso, a sússia na folia do divino em Monte do Carmo, o carimbó do Pará e outras.

Com relação à geografia (relevo, ecossistemas), encontramos na Amazônia pelo menos três formações principais. Ao sul, o Planalto Central Brasileiro, com altitudes médias que variam entre 300 a 1.650 metros acima do nível do mar; ao norte, o Planalto das Guianas, com picos que ultrapassam os dois mil metros de altitude, como é o caso do Monte Roraima (2.734,06), o Pico 31 de Março (2.972,66) e o Pico na Neblina (2.993,78), o mais alto do país; e, ao centro, a planície sedimentar Amazônica, com altitudes inferiores a 1.500 metros. Nessa planície

Ao longo dos mais de 11 mil anos de ocupação, os seres humanos mantiveram estreita relação com a região Amazônica, estimando-se que a população tenha atingido de 8 a 10 milhões de pessoas na Pré-História.

destacam-se dois tipos de relevo: as várzeas, que por se estenderem ao longo dos rios estão sempre inundadas, e as terras firmes, que cobrem a maior parte da planície e constituem o domínio da grande floresta.

O solo amazônico, ligeiramente ácido e bastante arenoso, é surpreendentemente muito pobre em nutrientes. Esse fato se justifica por estar a maior parte da matéria orgânica retida na biomassa. Alguns levantamentos mostram que apenas pouco mais de 10% da Amazônia tem solos de fertilidade compatível com atividades agrícolas, o que já seria um motivo para desaconselhar a sua implementação na região. Além disso, solos arenosos, quando desmatados, tendem a se tornar paisagens desérticas.

O clima é regido pelo ciclo das águas, apresentando temperaturas elevadas quase o ano inteiro (média de 25°C), variando bem pouco ao longo das estações. Com pluviosidade média anual (chuvas) de aproximadamente 2.300 milímetros, é a região mais úmida do país. Há localidades no Oeste, Noroeste e litoral norte da Amazônia, inclusive, onde as precipitações são superiores a 3.000 milímetros por ano. As duas cidades mais chuvosas do mundo ficam ali: Lloró (Colômbia), com precipitação anual média de 13.300 milímetros, e Calçoene (AP, Brasil), com uma

precipitação média anual de 4.165 milímetros. A sabedoria popular comenta que na região só há duas estações no ano: uma na qual chove todo dia e outra na qual chove o dia todo.

Água e floresta; floresta e água

Tanta chuva possibilita que a Amazônia seja a campeã mundial de rios e outros cursos d’água. Além dos rios “comuns”, o mais impressionante na região são os chamados “rios voadores”, responsáveis pela distribuição de chuvas por quase todo o Brasil e pelo equilíbrio climático de todo o planeta. Eles são formados pela grande quantidade de vapor resultante da evaporação dos rios e da floresta, que são posteriormente carregados pelos ventos gerados pela rotação da Terra.

Na forma de nuvens, essa imensa quantidade de água acaba precipitando sobre as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, e em alguns países vizinhos. Sim, a chuva que cai em quase todo o Brasil é formada na Amazônia! Estudos têm demonstrado que a quantidade de vapor de água produzida pela floresta amazônica pode ter a mesma ordem de grandeza do que a vazão do próprio rio Amazonas (200.000 m³/s) no oceano Atlântico.

Uma única árvore, com cerca de 10 metros de diâmetro de copa, consegue lançar mais de 300 litros de água por dia na atmosfera; outra, com 20 metros de diâmetro, lança mais de mil litros por dia. Considerando que cada brasileiro gasta em média 150 litros de água por dia, bastariam 100 milhões de árvores para suprir essa demanda. Temos, no entanto, mais de 390 bilhões de árvores na Amazônia – nossa floresta úmida tropical.

Além das Terras Indígenas, com cerca de 110 milhões de hectares de extensão (27% da área com florestas), existem as chamadas Unidades de Conservação, em suas diversas categorias, com destaque aos Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais. Segundo a ONG Imazon, até dezembro de 2010 havia na Amazônia Legal 307 Unidades de Conservação, totalizando 1.174.258 quilômetros quadrados, o que corresponde a 23,5% desse território. Desse total, 196 eram de uso sustentável e 111 de proteção integral, administradas tanto pelo governo federal (132) como pelos governos estaduais (175).

As áreas protegidas foram e continuam a ser criadas para manter o equilíbrio ecológico do planeta, que depende economicamente dos serviços ambientais prestados pela Amazônia.



À esquerda rio Tapajós, Santarém (PA). Acima, Teatro Amazonas, Manaus (AM).

Os primeiros ocupantes

Ao longo dos mais de 11 mil anos de ocupação, os seres humanos mantiveram estreita relação com a região Amazônica, estimando-se que a população tenha atingido de 8 a 10 milhões de pessoas na Pré-História. Estudos arqueológicos e paleontológicos apontam que os primeiros povos que ali chegaram provavelmente partiram da Ásia. Como forma de adaptação para sobrevivência, esses pioneiros começaram a praticar uma agricultura incipiente, que foi se aperfeiçoando ao longo de 8 mil anos, culminando na formação de sociedades indígenas diversas e mais complexas. Além da agricultura, desenvolveram habilidades de manejo dos recursos da floresta, de modo a atender às suas necessidades básicas.

Esses povos ancestrais deixaram muitos vestígios de seu cotidiano: a arqueologia brasileira nasceu na Amazô-

nia, ainda no século XIX, tendo como pesquisadores pioneiros Ladislau de Souza Mello Netto, Azevedo da Silva Ramos e João Barbosa Rodrigues.

Em um primeiro momento, a busca por alimento se deu essencialmente pela caça e coleta por grupo nômades, para em seguida surgirem povos que praticavam a horticultura de raízes, tornando-se mais sedentários e desenvolvendo complexas habilidades com a manufatura de cerâmica. Em seguida, com o aumento da complexidade dos arranjos sociais e o aperfeiçoamento das habilidades para a vida nas áreas alagadas, desenvolveram técnicas de aterramento para o assentamento de aldeias, estabeleceram hierarquias com o surgimento dos chefes e caciques, e aprimoraram tradições religiosas e espirituais, incluindo o sepultamento de mortos em rituais. Eis a origem da mitologia e da espiritualidade presente até os dias de hoje entre as etnias amazônicas.



Há 32 hidrelétricas em operação na Amazônia e outras 31 em alguma etapa de planejamento, sem contar com 57 pontos da região já bem avaliados para tal finalidade. Entre as construídas, Balbina (AM), Tucuruí (PA), Santo Antônio (RO), Jirau (RO) e Belo Monte (PA).

Acima, usina hidrelétrica de Belo Monte, Altamira (PA).
À direita, indígena baniwa, rio Içana, Cabeça do Cachorro (AM).

Os povos do Marajó, denominados marajoaras, provavelmente tiveram seu apogeu entre 1000 e 400 anos a.C. Estima-se que a população local possa ter alcançado mais de cem mil habitantes, que conseguiram subsistir até mesmo durante os primeiros anos da colonização europeia. A complexidade de suas tradições, em diferentes graus, pode ser constatada nas cerâmicas e nas pinturas com representação da fauna e da flora: desde pouco ornamentadas (uso diário), até as mais sofisticadas e rebuscadas (urnas funerárias ou para outros fins religiosos).

A dieta desses povos era baseada no consumo de plantas herbáceas e gramíneas, assim como açaí e tucum, que também usavam para cestarias e embarcações. Provavelmente não cultivavam a mandioca em grande escala, mas comiam sementes, frutos e peixes. Pescavam com o uso do timbó, uma mistura de plantas tóxicas que, quando jogadas na água, matam os pequenos peixes, que são recolhidos quando emergem à superfície. O declínio da ocupação na região de Marajó aconteceu por volta de 1300, provavelmente pela dificuldade de manutenção das estruturas de defesa e das moradias que utilizavam.

Os povos que viviam na região de Santarém há mais de mil anos também desenvolveram técnicas habilidosas com a cerâmica, com características bem distintas das dos

povos marajoaras. As peças apresentam uma riqueza de formas antropomórficas, principalmente femininas, e de animais da floresta tropical. No entanto, os sítios arqueológicos da região têm sido destruídos por atividades humanas, o que tem dificultado os estudos e a preservação desse passado importante para a compreensão da ocupação da Amazônia.

Já os povos pioneiros que ocuparam a Amazônia no Amapá representavam homens e mulheres sentados em bancos em sua cerâmica. É, no entanto, no município de Calçoene (onde mais chove no Brasil), que se localiza um sítio arqueológico megalítico, constituído por imensas placas de pedra de granito dispostas em formato circular, talvez como algum tipo de marco para observações astronômicas. Como ali também foram encontradas urnas funerárias, outra hipótese é que fosse um centro cerimonial complexo.

A chegada dos colonizadores europeus provocou um grande impacto nas populações indígenas, seja pelos conflitos na ocupação do território, seja por doenças que dizimaram boa parte dos locais. Os que sobreviveram sofreram processos de miscigenação racial com brancos e negros que chegavam. No século XIX, boa parte da população era constituída por miscigenados.



Madeira-Mamoré e o ciclo da borracha

Durante os quatro primeiros séculos da colonização, por não encontrarem as riquezas minerais esperadas, nem a Coroa portuguesa e, posteriormente, nem o Império brasileiro conseguiram desenvolver atividades econômicas significativas na Amazônia. Essa realidade só mudou no século XIX, com o ciclo da borracha, quando os moradores locais deixaram de praticar a caça, coleta e agricultura de subsistência, e um grande fluxo de migrantes, principalmente oriundos do Nordeste brasileiro, chegou, e todos se tornaram extrativistas de látex.

Após o relato de Charles-Marie de La Condamine sobre as propriedades da borracha extraída do látex, o produto só começou a ser industrializado em 1803, com a abertura da primeira fábrica em Paris, mas o material ainda era de difícil tratamento, por ser extremamente mole e pegajoso. Somente em 1839 o inventor norte-americano Charles Goodyear, por meio da adição de enxofre e submissão ao calor e pressão, conseguiu transformar as propriedades da borracha, tornando-a mais resistente. Seu inventor chamou esse processo de vulcanização – patenteado em 1841 e que permitiu o rápido crescimento da indústria de produtos da borracha.

Entre 1879 e 1912 a extração do látex se tornou muito lucrativa e em pouco tempo o produto se consolidou com propulsor de um próspero período econômico. Para os trabalhadores nordestinos migrantes, no entanto, foi um período de difícil adaptação, e muitos morreram devido às más condições de alimentação e moradia a que eram submetidos e às doenças tropicais para as quais não tinham defesa, em especial a malária.

A riqueza era tanta que os chamados “barões da borracha” chegaram a propor a implantação de uma ferrovia para escoar a produção da região. Inicialmente idealizada na Bolívia, que não tinha acesso ao mar para escoar o látex que produzia, a ferrovia foi a solução encontrada para vencer um trecho de muitas cachoeiras existentes no rio Madeira, que impediam o escoamento por via fluvial. O engenheiro norte-americano George Earl Church foi o encarregado de projetar a obra.

Diante do aumento da demanda pelo produto, principalmente pela indústria automobilística liderada por Ford, os trabalhadores brasileiros começaram a invadir o território boliviano em busca de mais seringueiras para explorar, o que gerou um conflito com o país vizinho. O militar José

Plácido de Castro participou de algumas batalhas na região.

Com a Proclamação da República no Brasil, e patrocinados pelos barões da borracha, o diplomata Barão do Rio Branco e o embaixador Assis Brasil foram incumbidos de fazer um acordo com a Bolívia, de modo que o território do Acre fosse incorporado ao nosso país. Em 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, o Brasil comprou a área por 2 milhões de libras esterlinas, com o intuito de explorar as florestas do Acre em troca de terras do Mato Grosso e o compromisso de construir a ferrovia que ligaria a Bolívia, na região do rio Madeira, até Mamoré, onde o transporte fluvial já era possível. Esses personagens foram homenageados com os nomes das cidades de Rio Branco, Plácido de Castro e Assis Brasil, no Acre.

A ferrovia Madeira-Mamoré foi construída entre 1907 e 1912, quando foi inaugurada com a cidade de Guajará-Mirim. A obra se tornou um dos episódios mais trágicos da história: morreram mais de 6 mil trabalhadores devido a doenças tropicais, falta de medicamentos, fome e insalubridade. Quando finalmente ficou pronta, o preço do látex extraído da Amazônia já não era competitivo no mercado internacional. A ferrovia, que também sofreu danos naturais provocados pelas condições climáticas e ambientais, foi parcialmente desativada em 1930 – e fechada de vez em 1972.

Apenas um pequeno trecho de sete quilômetros, de seus 366 originais esteve em operação com finalidades turísticas entre os anos 1981 e 2000. Tombadas pelo patrimônio histórico nacional, as instalações das oficinas e as linhas de ferro aguardam restauração, acordada como contrapartida pela instalação das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.

O final do ciclo da borracha deixou um rastro de desemprego e decadência para a região. Houve uma pequena retomada desse ciclo entre os anos 1942 e 1945, uma vez que a Segunda Guerra Mundial fez crescer a demanda pelo produto para ser usado em veículos que combatiam o nazismo na Europa. Por incentivo do então presidente Getúlio Vargas, houve o recrutamento compulsório de cem mil homens nordestinos (chamados de “soldados da borracha”), principalmente do Ceará, para o trabalho nos seringais, em condições de semiescravidão.

Terminada a guerra, ocorreu uma nova decadência econômica e, depois de abandonados, mais de 30 mil trabalhadores morreram em decorrência de ataques de animais da floresta (onças, cobras e escorpiões), de doenças ou

assassinados, quando se rebelavam contra as condições de exploração à qual estavam submetidos.

Outras tentativas de alavancar a economia

Mais adiante, durante os governos militares no Brasil, aconteceram algumas tentativas de retomada do desenvolvimento da Amazônia. Em 1966, uma série de leis federais – a “Operação Amazônia” – ofereceu a empresas que se estabelecessem na região isenções fiscais com descontos no imposto de renda que variavam entre 50% e 100%.

Nesse período foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e uma grande quantidade de obras de infraestrutura começou a ser implementada – a construção da rodovia Transamazônica tornou-se a mais emblemática; outra obra foi o Porto

Livre de Manaus, visando exportação e importação.

Tais incentivos despertaram o interesse de uma grande quantidade de empresas nacionais e internacionais. Ao se estabelecerem, essas companhias promoveram ações de grande impacto para a floresta, como queimadas e desmatamento para a implementação de pastos, atividades de mineração e plantas industriais. A demanda por energia para a expansão desses empreendimentos fez com que o governo elaborasse um plano de construção de usinas hidrelétricas e termelétricas até hoje em curso – basicamente o represamento dos grandes rios amazônicos com formação de gigantescos lagos artificiais.

Há 32 hidrelétricas em operação na Amazônia e outras 31 em alguma etapa de planejamento, sem contar com 57 pontos da região já bem avaliados para tal finalidade. Entre as construídas, Balbina (AM), Tucuruí (PA),

Coletor de piaçava, rio Aracá (AM).





Acima, rio Içana, Pari-Cachoeira (AM). À direita, indígena zo'é, rio Cuminapanema (PA).

Santo Antônio (RO), Jirau (RO) e Belo Monte (PA).

Essas barragens inundaram áreas indígenas, provocaram a poluição das águas, a morte de imensas áreas de árvores (seja por corte seguido de queimada ou por afogamento), a perda de recursos pesqueiros, o deslocamento de grandes quantidades de pessoas para reassentamentos (só em Tucuruí foram mais de 23 mil e, em Belo Monte, 20 mil), o aumento desordenado da população urbana, a piora no saneamento básico e na saúde pública, a violência e outros problemas sociais graves, a desigualdade, a perda da biodiversidade, o aumento da emissão de gases do efeito estufa, além da disseminação de pragas e insetos parasitas, entre outros problemas.

Projetos de assentamentos, promovidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), implementaram agrovilas de cerca de cem hectares de área ao longo da Rodovia Transamazônica, cada uma com cerca de 50 casas, ao redor das quais os agricultores e suas famílias recebiam um lote de outros cem hectares cada um para

cultivo, com a obrigação de utilizar 50% do terreno com culturas, preservando a mata nos outros 50%. Devido à pobreza do solo, no entanto, esses projetos agrícolas produziram apenas algumas safras, esgotando-se a matéria orgânica em poucos anos.

Estoque de carbono e plantas medicinais

Apesar de tantos equívocos em sua ocupação, a Amazônia é uma região de características notáveis que podem ser exploradas de forma racional, com respeito aos seus ciclos naturais. Maior reservatório de água doce do mundo, só o rio Amazonas deságua 20 bilhões de toneladas de água por dia no Atlântico, o que potencializa o Brasil como um dos maiores fornecedores de água potável do mundo em um eventual futuro de escassez hídrica.

Estudos científicos têm demonstrado que a região amazônica é crucial no controle climático do planeta. A queima da floresta assumiu grande relevância no cenário

As mortes de lideranças ambientais e comunitárias, principalmente por questões de conflitos pelo uso da terra, têm sido frequentes, com alguns casos de repercussão internacional.

internacional, pois já representa 3% das emissões globais de CO₂.

A Amazônia, por outro lado, ainda é um grande repositório de carbono do planeta: guarda mais de 9 bilhões de toneladas, o maior estoque em floresta tropical do mundo (quatro vezes maior que a segunda colocada, no Congo).

Se bem manejadas, as áreas agricultáveis da Amazônia podem fornecer alimentos em abundância, com potencial legal de área agropecuária em 725 mil quilômetros quadrados.

Mais de 10 mil espécies de plantas são reconhecidas como portadoras de princípios ativos para uso medicinal, cosmético e no controle biológico de pragas – somente

o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) já identificou cerca de 300 espécies com esse potencial. Tanta riqueza pode representar o futuro da bioeconomia, setor que promove desenvolvimento sustentável e bem-estar às populações humanas por meio do bom uso da biodiversidade.

A Amazônia representa o centro da geopolítica climática mundial, onde estão sendo realizadas iniciativas pioneiras de inovação. Para o Brasil, é a maior oportunidade de buscar e implementar um novo modelo de desenvolvimento e de civilização – podemos nos tornar líderes em sustentabilidade.



Destruição em curso

Apesar de todo esse potencial, a Amazônia já perdeu 20% de sua área. O histórico das queimadas é antigo, mas os números vêm se mostrando trágicos ao longo do tempo, alcançando seu ápice entre 1995 e 2004, com áreas anuais de desmatamento que ultrapassaram 20 mil quilômetros quadrados por ano. De 2005 a 2014 houve uma considerável redução na velocidade do desmatamento, mas o número voltou a crescer (e não parou mais) desde então, atingindo picos na casa dos 10 mil quilômetros quadrados em 2021 e 2022.

Esses números revelam o desastre resultante de anos de políticas públicas nacionais que favoreceram atividades de supressão da floresta em detrimento de seu uso sustentável. Determinado a expandir as atividades agropecuárias (de baixíssima produtividade) e de mineração na Amazônia, o governo federal, entre 2019 e 2022, desarticulou órgãos de combate ao desmatamento, incentivou o avanço

de atividades ilegais, como grilagem e garimpo em terras indígenas, e atacou o trabalho de organizações públicas e não governamentais que possibilitavam o monitoramento e as ações de controle sobre a ocupação do território.

O desmonte da política ambiental brasileira se tornou um grande entrave para acordos comerciais e colocou o Brasil como um grande pária internacional nas questões climáticas. Servidores públicos de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), responsáveis pela fiscalização ambiental e gestão de Unidades de Conservação, respectivamente, relataram ameaças, perseguição política, agressões e desmoralização, além de assistirem ao estrangulamento orçamentário e à desestruturação de sua infraestrutura e capacidade de ação.

As reservas minerais da Amazônia sempre foram importantes e os seus números grandiosos. Temos 18 bilhões de toneladas de ferro e 10 milhões de toneladas de cobre em Carajás, 4 bilhões de toneladas de alumínio em

Abaixo, queimada, rodovia Transamazônica, Novo Progresso (PA). À direita, tamanduá-mirim, rodovia Transamazônica (AM).



Trombetas, Paragominas e Almeirim, 80 bilhões de toneladas de manganês em Carajás e Serra do Navio, 250 toneladas de ouro em Tapajós, 400 mil toneladas de estanho e 90 mil toneladas de níquel em diversas regiões. E ainda temos, em menor quantidade, diamantes e urânio em Roraima, e o sal-gema no Amazonas. São toneladas e toneladas de chão para a fúria extrativista em grande escala.

A atividade de mineração, desde que praticada com modernas tecnologias que minimizam seus impactos ambientais e possibilitam a recuperação das áreas após o esgotamento da extração, pode representar importante papel na economia da Amazônia e do Brasil. Mas não é isso que tem acontecido.

O avanço da extração de ouro em terras indígenas com uso de mercúrio (que tem contaminado as águas de rios como o Tapajós, e provocado degradação e assoreamento dos cursos d’água) precisa ser combatido com veemência. Somente no território yanomami, eram mais de 250 comunidades afetadas (cerca de 16 mil pessoas) pelo garimpo ilegal, em 2021. Naquele ano, houve um avanço de 46% nas invasões por garimpeiros em relação ao ano anterior. Estudos em saúde pública realizados em 2022 revelaram que na população yanomami havia uma

contaminação por mercúrio em 56% das mulheres e crianças da região de Maturacá (AM). Na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, só em 2022, o garimpo foi responsável pelo desmatamento de 232 hectares de floresta. O caos gerado pela mineração fora da lei levou à situação de emergência na saúde dos povos indígenas em Roraima em janeiro de 2023 – imagens de crianças desnutridas e esqueléticas correram o mundo. “Os yanomamis nunca morreram de fome. Agora, o garimpo está matando o meu povo e também os parentes Munduruku e Caiapó”, declarou o líder Davi Kopenawa.

Órgãos de controle

É importante lembrar que o Brasil assumiu compromissos internacionais, principalmente referentes ao acordo climático de Paris e à Agenda 2030 (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), que ficaram comprometidos com o avanço da degradação da Amazônia.

Definimos como meta climática voluntária, em 2016, que nossa Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) seria a redução na emissão de gases de efeito estufa em 37% até 2025 e em 43% até



2030, quando comparada ao ano 2005, usando como referência dados do Inventário Nacional, produzido pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI).

Esse inventário apontava, originalmente, que em 2004 emitimos 2,1 bilhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (GtCO₂e). No entanto, ao apresentar novas metas em 2020, e diferentemente do que havia anteriormente assinado, o governo brasileiro reavaliou esses dados de 2005 e apresentou, como “ponto de partida”, 2,8 GtCO₂e. Na prática, portanto, o Brasil reduziu, artificialmente, seu compromisso, e passou a assumir que emitiria cerca de 400 milhões de toneladas de gases do efeito estufa a mais do que a meta assumida em 2016.

E tudo isso, é claro, por conta do aumento das queimadas na Amazônia. Em 2021, emitimos mais de metade de todo o volume de gases do efeito estufa (GEF) do Brasil, sendo que a região representa apenas 9% do Produto Interno Bruto (PIB). Essa é uma forma de fazer economia que gera pouca riqueza e polui muito, além de manter altos níveis de pobreza, desigualdade e desemprego. Estabeleceu-se, assim, um ambiente econômico extremamente deteriorado, com indicadores sociais dos mais críticos do país, na contramão das preocupações ambientais internacionais.

O Brasil conta com diversos sistemas governamentais de monitoramento remoto da taxa de desmatamento, sendo os mais importantes o Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes) e o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), conduzido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Além desses sistemas, a Amazônia vem sendo monitorada pelo Sistema de Estimativas de Emissão de Gases do Efeito Estufa do Observatório do Clima, por meio da iniciativa denominada MapBiomas, resultado de colaboração de um coletivo de Organizações da Sociedade Civil, universidades e instituições de pesquisa nacionais e internacionais.

Boa parte desse desmatamento se dá ao longo das estradas abertas na floresta que, depois de inauguradas, servem de acesso tanto aos colonos assentados pelo governo como para os posseiros que, instalando-se mais para o interior da mata, criam a necessidade de abertura de novas estradas. Assim a ocupação, vista por cima, se

assemelha ao formato de uma “espinha de peixe”. O ciclo, que parece interminável, pode acelerar a degradação da floresta até o ponto de inflexão (ou *tipping point*), ou seja, aquele após o qual não há mais possibilidade de regeneração – a morte lenta e gradual da floresta.

Conflitos e violência

Além dos ataques contra a natureza, a região também tem sido testemunha de um assustador aumento da violência social. Boa parte é resultado do agravamento da pobreza e do enfraquecimento ou interrupção de políticas estruturantes nos campos da saúde e saneamento (com o crescimento de casos de doenças endêmicas e transmitidas por insetos e outros parasitas), educação e infraestrutura.

Essa situação intensificou as atividades econômicas ilícitas, gerando numerosos conflitos sociais – e a região amazônica ostenta o primeiro lugar em assassinatos no país, com 68% do total, considerando que 22%



À esquerda, castanheira sobrevive à queimada em Rondônia. À direita, Chico Mendes (1944-1988), em Xapuri (AC), dois meses antes de ser assassinado.

ocorreram somente no Pará (2021). Entre as 30 cidades com as maiores taxas médias de mortes por assassinatos no Brasil, 13 ficam na Amazônia, sendo os municípios mais violentos: Jacareacanga, Floresta do Araguaia, Cumaru do Norte, Senador José Porfírio, Anapu, Novo Progresso, Bannach (todos no Pará); Santa Luzia D'Oeste e São Felipe D'Oeste (Rondônia); Aripuanã e Glória D'Oeste (Mato Grosso) e Japurá (Amazonas).

As mortes de lideranças ambientais e comunitárias, principalmente por questões de conflitos pelo uso da terra, têm sido frequentes, com alguns casos de repercussão internacional. São emblemáticas as mortes de Chico Mendes (1988), Dorothy Stang (2005), e Bruno Pereira e Dom Phillips (2022), por seu impacto na mídia.

Mas a realidade é bem mais cruel: somente entre 2020 e 2022, segundo dados do relatório “Assassinatos na Pan-Amazônia”, organizado pela Comissão Pastoral da Terra, o Brasil teve 62 assassinatos (sete de mulheres), ficando atrás apenas da Colômbia, com 120 (10 de mulheres).

Chico Mendes foi líder sindical dos seringueiros da região de Xapuri (AC). No final dos anos 1980, havia se tornado uma das pessoas com maior reconhecimento da luta pelos direitos dos trabalhadores da floresta e pela conservação da Amazônia. Foi morto por fazendeiros locais, em sua própria casa, ao sair do banho, com tiros de espingarda. Seu exemplo inspirou a criação das Reservas Extrativistas, modelo de Unidade de Conservação até então inexistentes no Brasil, que foram adotadas por outros países. Sua história é uma das primeiras que revelaram a importância da aliança entre os movimentos sociais e ambientais, dando início a uma nova era de lutas, formatando o chamado socioambientalismo brasileiro. Chico Mendes é considerado um herói nacional pelos que defendem a floresta e o meio ambiente.

Dorothy Stang era membro da Comissão Pastoral da Terra, ligada à igreja católica, e lutava pelos direitos de trabalhadores rurais envolvidos em conflitos pela terra. Foi uma das coordenadoras do Projeto de Desenvolvimento Sustentável, vinculado ao Incra, em assentamentos de trabalhadores sem-terra, em áreas disputadas por fazendeiros e madeireiros. Aos 73 anos de idade, foi assassinada em uma emboscada, a 50 quilômetros da cidade de Anapu (PA), onde morava.

Bruno Pereira, indigenista, e **Dom Phillips**, jornalista, também foram vítimas de conflitos em terras amazônicas, pois realizavam ações de denúncia e de proteção aos povos indígenas na região do Vale do Javari (AM) contra as

constantes ameaças e invasões de suas terras por garimpeiros, narcotraficantes e madeireiros.

A questão das terras indígenas

A situação dos povos indígenas tem sido agravada com o debate sobre a retirada de direitos já adquiridos. Desde 1988, a Constituição brasileira reconhece o direito originário desses povos às terras que tradicionalmente ocupam, e é essa premissa que tem orientado o Estado a homologar terras indígenas por todo o país. No entanto, em uma tentativa de retrocesso a essas conquistas, alguns grupos (interessados nas riquezas naturais existentes nesses territórios) vêm tentando criar uma interpretação jurídica diferente, alegando que esse seria um direito garantido apenas para os indígenas que, em 1988, já ocupavam suas terras tradicionais.

O artigo 231 da Constituição é bem claro ao definir que os direitos indígenas são “originários”, ou seja, anteriores à formação do Estado brasileiro, de modo que essa interpretação deveria ser inequívoca. Em desrespeito a esses direitos e enquanto a justiça brasileira não define se a ele deve se impor um “marco temporal”, as comunidades indígenas têm sofrido uma série de agressões e violência: terras invadidas por atividades ilícitas e abandono de políticas públicas de proteção. Por decisão política do governo federal, entre 2019 e 2022 nenhuma terra indígena foi homologada no Brasil. Em 2023, o processo é retomado com a criação do Ministério dos Povos Originários para cuidar dessa questão.

Novos modelos

Ao ser implementada na Amazônia uma agenda integrada, que considere o bem-estar das pessoas que vivem ali, muitas iniciativas que já existem podem se tornar ainda mais exitosas. É preciso envolver políticas públicas de educação, saúde, ciência e tecnologia, conectividade, ordenamento territorial, segurança e combate à intolerância. Nesse contexto, a participação da juventude que vive na região, tanto nas cidades, como nas florestas e nos rios, é fundamental, pois é esse contingente que mais tem se engajado nas lutas e no protagonismo dos processos de enfrentamento aos graves problemas socioambientais, fazendo pressão ao poder público, formando redes e coalisões e ocupando os espaços de participação. A juventude mostra os novos caminhos e diz o que quer para seu futuro.

À direita, menina zo'é, rio Cuminapanema (PA).





Parque Nacional de Anavilhanas, Novo Airão (AM).

A Amazônia pode ser a solução para a crise climática, se a selva e as áreas de reflorestamento receberem recursos financeiros internacionais previstos no chamado “mercado de carbono”. Regiões desmatadas ganhariam vida nova ao se transformarem em áreas de grande produção de biomassa com biodiversidade. Para tanto, é preciso que seja aprimorado o uso do solo, definindo-se a vocação de cada região, com estimativas de valores financeiros que façam os proprietários conservarem a floresta em pé.

As múltiplas “Amazônias”

Diversas iniciativas nacionais, como o Observatório do Clima, a Coalisção Brasil Clima, Floresta e Agricultura, a Amazônia 2030 e a Concertação pela Amazônia, já organizaram um diagnóstico detalhado do que precisa ser feito na região, considerando as diferenças espaciais, temporais e temáticas. As soluções devem considerar que existem

pelo menos quatro realidades distintas na Amazônia, que exigem estratégias próprias de enfrentamento de problemas e aproveitamento de oportunidades:

1) **Amazônia urbana:** onde habita cerca de 70% da população, e que necessita de melhorias no saneamento básico e na saúde pública, na mobilidade, nas oportunidades de inserção no trabalho, e na qualidade da educação. A Educação na Amazônia é uma alternativa para o enfrentamento das ilegalidades e atividades predatórias na região, sendo que os saberes tradicionais, assim como os avanços da ciência e da tecnologia, precisam ser incluídos na aprendizagem nas escolas, associados a uma maior oferta de conectividade em banda larga (um aspecto indispensável para a solução da oferta educacional na região, pois são 140 mil escolas, das quais apenas 50% têm internet e, mesmo assim, de baixa qualidade);

2) **Amazônia desmatada:** municípios que já perderam mais de 65% de seu território florestal, principalmente no chamado “arco do desmatamento”, faixa que sai do oeste do Maranhão, passa pelo sul do Pará e se estende a oeste, rasgando Mato Grosso, Rondônia e Acre com o auxílio de rodovias como a BR-364. O importante, nessa região, é aprimorar a agricultura, tornando-a mais produtiva, e regularizar as terras, além de promover a recuperação das áreas degradadas, com reflorestamento. No tocante à agropecuária, já há espaço suficiente na Amazônia para sua expansão sem a necessidade de novos desmatamentos. São 84 milhões de hectares (área equivalente ao tamanho da Alemanha) que já estão desmatados, e dos quais 37 milhões de hectares poderiam ser disponibilizados para reflorestamento e restauração com sistemas agroflorestais;

3) **Amazônia sob pressão:** abrange um cinturão que vai da região central do Pará (São Félix do Xingu, Altamira, Novo Progresso), extremo noroeste do Mato Grosso e sudeste do Amazonas, parte do Acre, onde ainda há muita floresta, mas que vem sendo desmatada em um ritmo muito acelerado, sem a utilização racional do território. Nele, se estabelecem pastos degradados e o aumento do crime organizado. As ações de controle (fiscalização e punição de ilegalidades) precisam ser intensificadas, combinadas com uma agenda de ordenamento do território e implementação de alternativas para consolidar uma economia que mantenha a floresta em pé;

4) **Amazônia florestal preservada:** localizada principalmente no Estado do Amazonas, parte do norte do Pará e algumas regiões isoladas. É preciso consolidar uma economia com base na biodiversidade, que não passe pela ampliação de estradas, mas, sim, pelo aprimoramento da interconectividade. A partir da criação de novos mercados para a bioeconomia, os jovens teriam a opção de se fixar à terra, não só graças aos produtos não madeireiros e para a madeira, mas também para os serviços ecossistêmicos da floresta.

Experiências pioneiras de sustentabilidade

A Amazônia é importante, também, sob o ponto de vista de sua produção cultural e da sua identidade. É urgente o reconhecimento da pluralidade e da diversidade amazônica, bem como o respeito às diversas visões e vozes em torno do desenvolvimento da região.

Na maioria das comunidades tradicionais da região a posse da terra é coletiva, e sobre ela se pratica o trabalho cooperativo e solidário. Praticando a economia criativa e ecológica, os povos amazônicos nos ensinam as alternativas viáveis de compatibilização entre a felicidade humana e o respeito aos demais seres do planeta.

Não faltam experiências bem-sucedidas na educação básica na Amazônia, com resultados positivos que podem ser replicados. Devemos refletir sobre por que tais práticas não ganharam escala até hoje e como elas podem se tornar políticas de grande abrangência.

Talvez a resposta seja porque elas sempre foram realizadas com extrema dificuldade e esforço comunitário isolado, ou, no máximo, com uma capacidade muito limitada dos governos locais. Quando o governo federal realiza ações elaboradas, via de regra, nas regiões Sul e Sudeste do país, os modelos não funcionam para a realidade local.

É preciso que haja a multiplicação e o aumento da escala para que as estratégias e iniciativas locais tenham seu potencial reconhecido, alcançando abordagens mais amplas que se consolidem em políticas de Estado para além dos ciclos políticos e das lógicas partidárias.

Imaginar um futuro possível para a humanidade implica a revisão do sistema civilizatório atual, que tem gerado cada vez mais desigualdade social e concentração de renda. Estilos de vida inovadores existentes na Amazônia, no entanto, podem inspirar novas formas de arranjos sociais, nos quais a equidade e a utilização sustentável da biodiversidade sejam a espinha dorsal da economia.

Na maioria das comunidades tradicionais da região a posse da terra é coletiva, e sobre ela se pratica o trabalho cooperativo e solidário. Praticando a economia criativa e ecológica, os povos amazônicos nos ensinam as alternativas viáveis de compatibilização entre a felicidade humana e o respeito aos demais seres do planeta.

A economia solidária corresponde a uma forma de organizar a produção e o consumo na qual todos participam – tanto da gestão quanto dos resultados do trabalho coletivo. Dessa forma, se otimizam os resultados e se fortalecem os laços sociais. Esses sistemas de governança coletiva precisam ganhar escala para que o modelo seja replicável em outros contextos. A Amazônia ensina – nós aprendemos.

Do extrativismo à sustentabilidade

Os sistemas inovadores de governança da Amazônia, que implicam a necessidade de governar de forma compartilhada (plural, heterogênea e socializada), interativa (produzida ininterruptamente pelos seus múltiplos protagonistas), colaborativa (com o concurso de todos para sustentar-se), multinível (transversal a várias instâncias de governo, do local ao global) e negociada (dependente do processamento dos conflitos para avançar), podem ser implementados em outas localidades.

Para que isso se torne realidade, é preciso mais investimentos e financiamentos para a conservação. Em 2008, o governo federal, em parceria com os governadores dos estados da região amazônica, criou o Plano Amazônia Sustentável (PAS), que tinha entre seus objetivos principais: a) promover o ordenamento territorial; b) fomentar atividades econômicas pautadas no uso sustentável dos recursos naturais; c) subsidiar o planejamento, a execução e a manutenção das obras de infraestrutura nos setores de energia, transportes, comunicações e na instalação de equipamentos urbanos; d) fortalecer a inclusão social e a cidadania por meio de processos participativos; e e) embasar a construção de um novo modelo de financiamento na Amazônia. Após a descontinuidade das gestões federais desde seu lançamento, o PAS enfraqueceu e foi praticamente desativado até 2022.

Como um de seus desdobramentos, o PAS proporcionou a criação do Fundo Amazônia, sugerido pelo Brasil na 13ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP13), em 2007. A criação foi autorizada pelo BNDES em 2008. Desativado em 2018 por ação direta do Ministério do Meio Ambiente, esse fundo chegou a arrecadar quase

R\$ 3,5 bilhões, principalmente por meio de doações dos governos da Noruega (93,8%) e da Alemanha (5,7%). O montante foi investido em diversos projetos, com a única contrapartida exigida pelos doadores de que eles contribuíssem para a redução das emissões de gases do efeito estufa.

Após o Ministério do Meio Ambiente questionar o uso dos recursos desse Fundo Amazônia, os países doadores interromperam seu envio e o impasse permaneceu até o final de 2022, sendo retomado apenas em 2023 – a Noruega liberou cerca de R\$ 3 bilhões logo em janeiro.

Outra importante iniciativa de financiamento para projetos de sustentabilidade na Amazônia surgiu no âmbito das organizações da sociedade civil. Trata-se do Legado Integrado da Região Amazônica (Lira), um projeto criado para possibilitar a gestão eficiente das áreas protegidas de um território de aproximadamente 80 milhões de hectares entre o baixo e o alto rio Negro, o norte do Pará, o rio Xingu, o sistema Madeira-Purus e os estados de Rondônia e Acre (equivalente a 34% das áreas protegidas da Amazônia).

Inicialmente custeado pelo Fundo Amazônia, um conjunto de organizações se uniu para investir mais de R\$ 60 milhões em um projeto que beneficiou 43 Terras Indígenas, 23 Unidades de Conservação Estaduais e 20 Federais. Em sua primeira fase de implementação, o Lira conseguiu, até o final de 2022, envolver 82 instituições, impactando diretamente em mais de 35 mil pessoas em populações extrativistas e indígenas de 54 municípios.

Percebe-se que a articulação entre recursos privados e públicos, aliados ao bom uso dos conhecimentos científicos e saberes tradicionais, é fundamental para dar escala à economia ecológica na Amazônia. O arranjo pressupõe que se valorize a experiência e os saberes acumulados em seus campos para a construção de novas abordagens, baseadas no tripé conceitual: conhecimento técnico-científico, sensibilidade e valorização da cultura.

A diversidade biológica da Amazônia, aliada à sua pluralidade social, pode ensinar ao mundo como deve ser a interação entre sociedade e natureza para que se alcancem a sustentabilidade e o bem-estar.

Ao revelar a Amazônia às nossas crianças, não só abrimos um possível caminho para um futuro mais equilibrado da Terra como inspiramos outros modos de sobrevivência que tenham a vida como principal valor.



À direita, harpia na floresta amazônica. Próxima página, criança ribeirinha, rio Amazonas (AM).







Brasil, terra indígena



Raoni Kamayurá, 8 anos. Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso

As brincadeiras e os sonhos que marcam a rotina de Raoni e de outras crianças que vivem no Xingu (livro 1, capítulo 1), revelam alguns dos principais aspectos históricos e sociais comuns aos povos indígenas brasileiros, mesmo com toda a diversidade existente entre eles.

Desde o tempo em que os primeiros agrupamentos humanos chegaram ao território (hoje) brasileiro, até os dias atuais, em 95% de nossa história apenas as nações indígenas aqui viveram. Segundo indícios arqueológicos, já são mais de 10.500 anos de ocupação, dos quais apenas pouco mais de 500 anos se passaram desde a chegada dos europeus.

No entanto, esses anos mais recentes, nos quais o extermínio foi a tônica, significaram a redução drástica da população indígena: de 3 milhões, segundo a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), para pouco mais de 300 mil, no final dos anos 1960. No último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou-se que a população vem crescendo lentamente: já são mais de 800 mil indígenas no Brasil (0,5% da população total).

A sobrevivência das etnias só foi possível quando algumas pessoas se uniram à luta desses povos. Vale mencionar o pioneirismo do Marechal Cândido Mariano da Silva

Rondon (1865-1958), militar sertanista que foi incumbido pelo Exército brasileiro para implementar uma linha telegráfica que ligasse o Mato Grosso ao Rio de Janeiro, em 1890. Dez anos depois, a mesma linha foi estendida para o Paraguai e a Bolívia. Em 1907, alcançou o Amazonas.

Entre muitas outras missões, o Marechal Rondon teve, também, um papel fundamental no contato inicial com diversos povos indígenas. Primeiramente, ele tinha uma visão colonialista: acreditava na necessidade de incorporar esses povos ao resto do país. Com o tempo, mudou de ideia: começou a defender que os povos originários deveriam ter seus direitos restituídos. Em 1939, Rondon passou a chefiar o Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

Em 1938, o presidente Getúlio Vargas criou um plano de ocupação do Centro-Oeste brasileiro, a “Marcha para o Oeste”. Já em 1943, organizou uma expedição batizada de Roncador-Xingu, com o intuito de promover a interiorização do Brasil. Foram selecionados 40 mateiros, além de agrônomos, enfermeiros, médicos e outros profissionais.

Os irmãos Villas-Bôas – Orlando (1914-2002), Cláudio (1916-1998) e Leonardo (1918-1961) –, nascidos no interior de São Paulo, mas que moravam na capital, ao saberem da organização da expedição, interessaram-se

imediatamente em participar. Para tanto, alistaram-se na caravana disfarçados de trabalhadores analfabetos. Ao longo da viagem, porém, seus dotes e liderança emergiram: os irmãos acabaram assumindo o comando da jornada no seu trecho mais difícil, quando atingiram o rio das Mortes, no Alto Xingu e, depois, a Serra do Cachimbo, no rio Tapajós. Desde então, tornaram-se a referência nacional da luta pela demarcação de terras, algo impensável para a época.

A luta desses três irmãos (com o apoio do Marechal Rondon, e de Darcy Ribeiro, Noel Nutels, Heloísa Alberto Torres, José Maria da Gama Malcher e Café Filho) resultou, em 1961, na criação do Parque Nacional do Xingu (mais tarde rebatizado Parque Indígena do Xingu), a primeira terra indígena homologada pelo governo federal no Brasil. Em uma área de mais de 2,6 mil hectares, 14 etnias de povos indígenas, que vinham sendo dizimados de suas terras originais, foram deslocadas para um território protegido, onde puderam dar continuidade a seus hábitos culturais ancestrais.

A partir daí, a demarcação de terras indígenas ganhou fôlego, sobretudo com a aprovação da Constituição de 1988, que deu direitos a esses povos. Atualmente, essas áreas ocupam mais de 14% do território nacional. São mais de 300 nações indígenas no país, falantes de 274 línguas diferentes – a maior diversidade étnica da América Latina. Entre 2019 e 2022, não ocorreu nenhuma demarcação. Em 2023, no entanto, o governo federal criou o Ministério dos Povos Originários para enfatizar uma nova fase no cuidado dos interesses dos indígenas.

Apresentar o Parque Indígena do Xingu às crianças é uma oportunidade para os educadores trabalharem uma série de conhecimentos que trazem mais respeito para com a cultura desses povos. Sugere-se abordar a diversidade sociocultural como ponto de partida para um debate sobre o próprio estilo de vida dos estudantes nos territórios onde vivem.

Desmatamento e garimpo ilegal

Um aspecto comum às nações indígenas brasileiras é a constante necessidade de luta pelo reconhecimento de seus direitos. O desmatamento para expansão da fronteira agrícola e a invasão das terras para mineração ilegal provocam conflitos sociais e violência. Para organizar a defesa de seus interesses, os caciques são os responsáveis pela coordenação e gestão participativa da vida nas aldeias,

inspiradas pelos saberes dos pajés. O conhecimento milenar sobre as plantas que servem de remédio “para curar as doenças do corpo – e da alma”, sobre os cuidados com os animais peçonhentos, sobre o que se pode ou não se pode comer e como se dá a conexão entre as pessoas e a natureza é papel dos pajés.

A fala de Raoni revela o quanto as figuras do cacique e do pajé são fundamentais para a formação da identidade cultural das crianças e jovens da aldeia. Os professores podem conversar com os estudantes sobre a influências dos mais velhos na formação da visão de mundo de cada um, incluindo os pais e outros membros da sociedade com os quais interagem.



Nas páginas 54 e 55, Kuarup (ritual em homenagem aos mortos), Parque Nacional do Xingu, Aldeia Kalapalo (MT). Acima, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958).



Irmãos Villas-Bôas: Leonardo, Orlando e Claudio. Nas páginas 60 e 61, lagoa Ipavu, Parque Nacional do Xingu (MT).

O nome Raoni é uma referência a um dos maiores líderes indígenas no Brasil (nascido em 1930), e que, deve ser lembrado, juntamente com outras lideranças como Ailton Krenak, Almir Surui, Davi Kopenawa, Sônia Guajajara, Jacir Macuxi, Daniel Munduruku, Joênia Wapichana, Célia Xakriabá, Myrian Krexu, Cristiane Takuá, Daiara Tukano, Arissana Pataxó, Sônia Ará Mirim, entre outros. Em 1º de janeiro de 2023, durante a cerimônia de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o cacique Raoni foi um dos representantes do povo brasileiro a subir a rampa do Palácio do Planalto, num evento que foi um marco emblemático na luta dos povos originários no Brasil.

A partilha do conhecimento se dá por meio da tradição oral: cultura e saberes são transmitidos de geração para geração. São principalmente os mitos de criação que dão raiz a essa cultura e o senso de pertencimento a um povo – uma mesma maneira de compreender o mundo, algo muito dife-

rente da dos povos ocidentais. Mais do que apenas ritualizações, como as que assistimos durante o Kuarup, por exemplo, as histórias contadas nas aldeias e suas celebrações constituem agentes fundamentais de reafirmação identitária. O Kuarup é um ritual de despedida para os mortos, celebrando sua memória para que suas almas possam ser liberadas para o mundo espiritual. Cada morto é representado por um tronco de madeira enfeitado, que depois é lançado no rio.

Vale aqui trabalhar com crianças nas escolas o quanto pensamos e agimos de acordo com nossa visão própria de mundo, e quantas visões diferentes podem existir e influenciar umas às outras. O professor pode ressaltar que a cultura é a essência de qualquer povo, mas que ela não é estática: incorpora elementos de outras culturas, em um processo e trocas permanentes que caracterizam a humanidade desde os primórdios.

Diferentemente do que imaginam os que não os conhecem, hoje os povos indígenas ampliaram seu horizonte de compreensão e atuação na sociedade contemporânea. Isso fica evidente quando Raoni se refere a futebol, super-heróis e celular. Os indígenas têm se destacado como produtores culturais e comunicadores atuantes em diversas mídias, disseminando suas tradições e colaborando com a denúncia dos impactos socioambientais em suas terras.

Modos de ser e de viver

Sobre o modo de ser dos indígenas e o cotidiano na aldeia, são reveladores os aspectos presentes no depoimento do garoto Raoni. Ele menciona que os irmãos mais velhos cuidam dos mais novos, o que demonstra a colaboração de uns para com os outros. Os cuidados com as crianças também são divididos entre os adultos que os ajudam a aprender as tarefas básicas do dia a dia, como fabricar arcos e flechas, caçar, pescar, cultivar a mandioca, coletar frutos e preparar os alimentos.

Quando fala de sua relação com rio (seja para atividades lúdicas ou higiênicas), Raoni apresenta um dos aspectos da cultura indígena que mais influenciou a formação do povo brasileiro: o banho diário. As formas do brincar e suas semelhanças com crianças de outros cantos do país funcionam como um ponto de partida para a descoberta de similaridades e diferenças com os estudantes.

A base da alimentação nas aldeias está no cultivo da mandioca, na caça e na pesca, e na coleta de alguns itens da floresta. Tais itens também servem como matéria-prima para a fabricação de utensílios de uso cotidiano e para o artesanato. Aprender a cultivar, colher, caçar e manufaturar cestos e potes é essencial para a emancipação das crianças no processo do crescimento.

As moradias típicas das aldeias, principalmente as feitas com técnicas ancestrais, como as ocas, são preciosidades do saber indígena: arquitetura adaptada ao bioma local. Dormir em redes é outro exemplo de como pode ser diferente, e ao mesmo similar, o modo de vida na aldeia e nas cidades. Os aspectos mais diversos, como se aquecer em fogueiras ou usar folhas de plantas para a higiene após fazer as necessidades fisiológicas “no mato”, demonstram a adaptabilidade humana às diferentes condições de vida.

A naturalidade com que lidam com o fato de andarem nus ou vestidos é um aspecto que chama a atenção, e pode ser abordado em sala de aula. Onde estão as origens dos tabus? Se crianças e adultos vivem parcialmente sem roupa, a pintura corporal ganha um destaque notável na estética indígena. A apreciação dessa estética (tanto das pinturas corporais quanto do artesanato) ajuda os professores em trabalhos de educação artística, inspirando novas maneiras de perceber a beleza dos símbolos e da abstração.

Cabe mencionar ainda o quanto os jovens indígenas têm buscado a inserção no contexto mais amplo da sociedade brasileira. Primeiro, aprimorando a divulgação de sua cultura pelas diversas formas de manifestação artística; depois, com a sua presença em cursos universitários. Ser formado nas áreas de saúde, educação, engenharia, direito, turismo, audiovisual, artes e outras tem sido, cada vez mais, uma forma de os jovens permanecerem nas comunidades. Dessa forma, conseguem ajudar seus povos a suprir os serviços que muitas vezes são precários ou ocupar lugares de destaque na política e na sociedade, fortalecendo a permanência de suas populações e culturas.

A capilaridade da tradição cultural dos povos originários nos traços identitários brasileiros precisa ser aprofundada. Só assim nos entenderemos como parentes nesta terra indígena chamada Brasil.

- Temas contemporâneos transversais da BNCC que podem ser trabalhados com a leitura do capítulo de Raoni**
- Conexões culturais e saberes populares.
 - Diálogo, diversidade e valorização do multiculturalismo.
 - Interações humanas (direitos humanos, participação comunitária, gestão participativa, cooperação e solidariedade, partilha do conhecimento).





A energia do açaí





Pedro Henrique Teles Nascimento, 12 anos. Periquitaquara, Belém, Pará

A história de Pedro Henrique (livro 1, capítulo 2) apresenta uma Amazônia menos conhecida de quem não mora lá, e nos revela o quanto somos fruto da realidade que vivemos. Morador da comunidade de Periquitaquara, na Ilha do Combu (PA), ele cresceu na várzea e aprendeu desde cedo como tirar o seu sustento do extrativismo de espécies amazônicas.

A Amazônia é uma terra de superlativos. Tudo ali é grande, esplêndido, do tamanho do mundo. Mas é também um lugar de sutilezas, constituídas de múltiplas realidades, de um cotidiano sereno e persistente – seja na natureza ou nas comunidades.

Situada na foz do rio Guamá, a ilha do Combu faz parte do Estuário Amazônico. É a quarta maior ilha do município de Belém (PA), distante da cidade 1,5 quilômetro em linha reta. Desde 1997, foi transformada em Área de Proteção Ambiental (APA). Lá, vivem cerca de 1.500 pessoas, em cinco comunidades: Beira Rio, Combu, Paciência, São Benedito e Periquitaquara.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, uma APA deve proteger regiões com atributos naturais, culturais e estéticos, importantes para a qualidade de vida de comunidades humanas, que ajudam a proteger a

biodiversidade ao mesmo tempo que ordenam o processo de ocupação e asseguram o uso sustentável de seus recursos naturais.

A maior parte da ilha é composta por várzeas. Diariamente, ela sofre a influência da variação das marés. Devido ao regime das chuvas, a várzea passa parte do ano alagada pelo transbordamento dos rios. A seca permite que o solo fique mais seco em um período menor. Entre as espécies de plantas e árvores adaptadas para viver nessas condições, destaca-se o açaí, que ali se desenvolve muito bem. Em alguns pontos, também há presença de igapós (regiões sempre alagadas).

Viver em áreas de várzea impõe adaptações nas moradias, que precisam ser erguidas sobre palafitas – um padrão característico de diversos povos ribeirinhos. A principal atividade de subsistência dessas comunidades da ilha do Combu é a extrativista, que permite a produção e a comercialização de açaí, cacau e pupunha. Por ter uma grande beleza natural, o lazer e o turismo são atividades que também geram renda aos moradores.

O açaizeiro (*Euterpe oleracea*), de tronco firme e flexível, é a espécie de uso econômico mais importante da região e, de certa forma, de toda a Amazônia. Consumida

por povos moradores locais desde tempos pré-coloniais, seu nome é de origem tupi, pois *yasa’i* significa “fruta que chora+terra”, talvez uma referência ao suco escuro desprendido pelo seu fruto.

Diferentemente do creme gelado consumido nas demais regiões do país, na Amazônia o açaí se come em temperatura ambiente, misturado com farinha de mandioca. Como o açaizeiro possui um palmito muito apreciado, ele chegou a ser explorado de forma não sustentável: grande quantidade de árvores foi derrubada nos períodos em que não produziam o fruto. A espécie ficou ameaçada na região.

Com o intuito de reverter esse quadro, os moradores se organizaram para a criação da APA. Assim, puderam controlar a produção do açaí, além de fortalecer a implantação de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, que permitiu a regularização das atividades das comunidades ribeirinhas tradicionais.

As Unidades de Conservação de Uso Sustentável, aliadas a políticas públicas de apoio e de regularização fundiária, são importantes para combater os conflitos socioambientais que fomentam a violência na Amazônia.

As populações ribeirinhas (muitas delas formadas por não indígenas) não possuem os mesmos direitos constitucionais das terras indígenas já demarcadas, o que exige outros processos de luta para manutenção de seus territórios.

O relato de Pedro Henrique ajuda os educadores a trabalhar em sala de aula com seus alunos uma das maiores potencialidades econômicas da Amazônia: o uso manejado e sustentável de espécies nativas para a alimentação humana ou outras finalidades (fornecimento de madeira ou de matéria-prima para indústrias de cosméticos, farmacêuticas etc.).

Além do açaí, entre centenas de espécies com potencial econômico, destacam-se na região: a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), a seringueira (*Hevea brasiliensis*), o tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), o bacuri (*Scheelea phalerata*), o camu-camu (*Myrciaria dubia*), a andiroba (*Carapa guianensis*), o açacu (*Hura crepitans*), a sumaúma (*Ceiba pentrandia*) e a paxiúba (*Socratea exorrhiza*) – “a palmeira que anda”, citada por Pedro Henrique.

Segundo estimativas de 2022, das muitas árvores fornecedoras de madeira de alta qualidade são extraídas da Amazônia cerca de 40% sem a devida autorização de

corte. Algumas são protegidas por lei: a castanheira (*Bertholletia excelsa* – Decreto nº 5.975/2006), a seringueira (*Hevea brasiliensis* – Decreto nº 5.975/2006) e o mogno (*Swietenia macrophylla* – Decreto nº 6.472/2008).

Aproximadamente 142 mil hectares de floresta foram explorados em 2022 sem o aval emitido pelos órgãos competentes. Segundo o *Mapeamento da exploração madeireira na Amazônia* (Imazon, Idesam, Imaflora e ICV), essas árvores saíram de imóveis rurais cadastrados (72%), terras indígenas (11%), vazios fundiários (9%), unidades de conservação (4%), assentamentos rurais (3%) e terras não destinadas (1%).

É possível fazer uso comercial de espécies arbóreas (com a minimização dos impactos ambientais) respeitando as normas previstas de manejo. Assim, fica garantida a conservação da floresta e a disponibilidade de recursos naturais para as gerações futuras. O caso dos saberes do extrativismo do açaí, transmitidos de geração a geração, serve como um excelente exemplo de integração entre a sociedade humana e os recursos naturais.

O conhecimento ancestral das técnicas de retirada dos cachos com frutos, do processamento de como o alimento pode ser consumido de diversas formas, do ganho de renda com sua venda, do manejo de produção com respeito aos ciclos de floração e frutificação, e do uso dos derivados da árvore (troncos, folhas e cachos sem frutos), narrados por Pedro Henrique, permitem ao professor abordar o quanto essas populações têm a ensinar para o resto do Brasil – e do mundo.

Temas contemporâneos transversais da BNCC que podem ser trabalhados com a leitura do capítulo de Pedro Henrique

- Diálogos com o território.
- Saúde e meio ambiente.
- Segurança alimentar e nutricional.
- Interações humanas (direitos humanos, participação comunitária, gestão participativa, cooperação e solidariedade, partilha do conhecimento).





O boi da Amazônia





Marcos Gustavo Sales Dias, 9 anos. São Caetano de Odivelas, Pará

O menino Marcos Gustavo (livro 1, capítulo 8) mora em um município famoso por suas festas populares. Essas manifestações são antigas e sua diversidade de formas e cores são muito grandes na Amazônia, assim como no resto do país. A maioria delas mistura música, danças coreografadas, figurinos tradicionais e sempre representam um enredo bem conhecido, como uma espécie de ópera popular.

O poeta, escritor e pesquisador da cultura popular brasileira Mário de Andrade (1893-1945), no livro *Danças dramáticas do Brasil* (organizado por Oneyda Alvarenga e publicado em 1959), afirma que “(...) o assunto de cada bailado é conjuntamente profano e religioso, nisso de representar ao mesmo tempo um fator prático, imediatamente condicionado a uma transfiguração religiosa”. Na obra, ele apresenta as danças dos congos e congadas (de matriz africana) e do maracatu e moçambiques (resultado da mescla entre culturas africanas, indígenas e europeias).

As danças são acompanhadas por música, e dramatização, que obedecem a um tema cultural tradicional. No aspecto formal, são uma suíte, ou seja, constituídas por uma série de peças coreográficas, rapsódias, associadas a uma teatralidade dialogada, que Mário de Andrade

entende como a dimensão dramatizada do folguedo.

A dança do bumba-meu-boi, no entanto, é a que mais chama a atenção do escritor. Trata-se de uma das manifestações culturais mais tradicionais de nosso país, de origem não muito bem definida, mas provavelmente nos tempos do ciclo do gado no Nordeste brasileiro, entre os séculos XVII e XVIII. A sua encenação mistura elementos de música, dança e teatro. É considerada Patrimônio Cultural do Brasil pelo Iphan.

O enredo básico é uma espécie de auto do boi. Narra que Mãe Catirina, uma mulher escravizada e casada com Pai Francisco, vive em uma fazenda no sertão. Ao ficar grávida, sente o desejo irresistível de comer a língua do boi mais lindo da fazenda, pertencente ao seu senhor. Para satisfazer o desejo da esposa, Pai Francisco rouba, mata e retira a língua do boi favorito do dono da fazenda. No entanto, um vaqueiro que trabalha na fazenda sabe do ocorrido e avisa seu patrão, que jura vingança e persegue o casal. Ao final da história, os personagens, acompanhados de médicos e padres, conseguem ressuscitar o boi, o que deixa o fazendeiro muito feliz. Ele perdoa o casal – e tudo acaba em uma grande festa.

Variações sobre esse enredo se espalharam por todo o

Brasil, a ponto de Mário de Andrade considerar o boi “o bicho nacional por excelência”, e a dança que o consagra um forte e unânime elemento que constitui a nossa nacionalidade. Há pesquisadores da sua obra que consideram até que o livro *Macunaíma* (nosso herói simbólico nacional) tenha sido inspirado, em sua forma narrativa de rapsódia, na saga do bumba-meu-boi (nosso animal-símbolo).

As manifestações do bumba-meu-boi (designação adotada no Maranhão) são tão comuns no país que ganharam diversos nomes em cada região e nuances diversificadas nas danças e indumentárias: boi-bumbá (AM, AP, PA, RO, RR); boi de reis e boi de São João (CE); boi-calemba (PB, PE, RN); boizinho (RJ, SP); boi de jacá (SP); boi-pintadinho (RJ) e boi de mamão (SC, PR).

Na Amazônia, os festejos mais grandiosos relativos ao boi-bumbá ocorrem na cidade de Parintins (AM) desde 1913. Os elementos da cultura indígena são incorporados e duas grandes agremiações (boi Caprichoso, com sua marujada; e boi Garantido, com sua batucada) disputam, em espetáculos belíssimos, dos quais participam quase 40 mil pessoas, o título do festival anual. Oriundo do processo de migração do povo nordestino para a Amazônia durante o ciclo da borracha, o boi-bumbá de Parintins mistura o enredo original da festa com elementos das tradições da região: exaltação à natureza da floresta e às histórias das culturas quilombolas, indígenas, caboclas e ribeirinhas.

Em São Caetano de Odivelas, onde mora o menino Marcos Gustavo, um município conhecido como a “terra do caranguejo”, ocorre uma variação conhecida como boi

Mário de Andrade considera o boi “o bicho nacional por excelência”, e a dança que o consagra um forte e unânime elemento que constitui a nossa nacionalidade.

de máscara: os brincantes se fantasiam de diversos personagens. Como acontece em todo o Estado do Pará, esse folguedo denuncia as relações sociais desiguais que existiam entre pessoas escravizadas, negras ou indígenas (nas senzalas), e senhores de fazendas (nas casas-grandes).

O boi de máscara não apresenta a mesma estrutura narrativa tradicional dos de outras regiões. Sua origem provavelmente se deu nas manifestações do Boi Faceiro (1935) e do Boi Tinga (1937), da Ilha de Marajó. Esses dois grupos foram apadrinhados por dois clubes locais diferentes. Desde então, surgiu uma “rivalidade”: o Boi Faceiro reunia brincantes que procuravam respeitar a tradição no auto do boi e seus personagens; já o Tinga atraía os que desejavam reinventar a festividade, tornando-a mais irreverente, livre e colorida.

São dois aspectos relativos à cultura que o professores podem abordar com seus alunos em sala de aula: o caráter de manutenção de traços ancestrais de tradição que garantem a identidade de um grupo social e a dinâmica de transformação permanente que a mesma cultura sofre com o tempo. Eis aqui uma preciosa oportunidade para discutir os temas transversais “Conexões culturais e saberes populares” e “Diálogo; diversidade valorização do multiculturalismo” da BNCC, pois esse processo de formação do boi de máscara de São Caetano de Odivelas é um exemplo de como os processos de construção das manifestações populares revelam a dinâmica inerente ao modo de pensar e produzir tradições – ou seja, demonstra como a formação da cultura pode agregar ideias conflitantes, ora antagônicas, ora complementares, mas sempre produto dos diferentes sentidos, sensibilidades e visões de grupos sociais.

Ali, o uso de máscaras teve sua origem nos pescadores que as utilizavam para não serem reconhecidos. Além do boi, que em São Caetano de Odivelas é quadrúpede (dois “tripas” – brincantes – lhe dão vida), fazem parte da brincadeira outros personagens. Os pierrôs utilizam máscaras com nariz proeminente, macacão e adornos de cabeça. Os cabeçudos ou “preás” têm cabeças enormes, desproporcionais ao corpo, pernas e braços pendurados. Já os buchudos não têm indumentária fixa e podem ser diversos seres (dinossauros, elefantes, bruxas etc., desde que sejam divertidos). Há também os vaqueiros e outros animais.

Os foliões que acompanham o boi se apresentam de casa em casa, todas enfeitadas e com comida para

recebê-los. O som de marchinhas e sambas arrasta os foliões e brincantes até que, ao fim do trajeto, o boi foge e não volta mais.

Toda essa festa acontece em um município onde os manguezais estão presentes tanto na paisagem quanto na vida dos seus moradores. O relato de Marcos Gustavo sobre o modo como se deve capturar o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) revela um dos elementos desse importante ecossistema que, de tanto acumular matéria orgânica nas regiões de encontro de rios e mares, é fundamental para a alimentação da fauna marinha.

O caranguejo é o principal produto extrativista da região. Adultos e crianças o capturam por meio de três técnicas: a do laço, a da tapagem e a do soco (também chamado de braço ou muque). É importante que se conheça os saberes e práticas da extração da espécie, de modo que o ecossistema do manguezal possa ser conservado e que sua retirada, de modo sustentável, garanta geração de renda para a população.

Por fim, em se tratando de cultura popular na Amazônia, como mais uma amostra da sua grande diversidade, vale a menção à dança do marambiré, uma manifestação que ocorre, principalmente, no município de Alenquer (PA), e originalmente surgiu no mocambo (quilombo) do Pacoval. Trata-se, portanto, de uma tradição que simboliza a resistência étnica dos povos quilombolas, reunindo dança, música e cantos que fazem referência aos antigos reinados da África central.

Temas contemporâneos transversais da BNCC que podem ser trabalhados com a leitura do capítulo de Marcos Gustavo

- Conexões culturais e saberes populares.
- Diálogo; diversidade valorização do multiculturalismo.



Caranguejos pegos no manguê em São Caetano de Odivelas (PA). Nas próximas páginas, os foliões acompanham o boi para folia de casa em casa.





A herança da borracha





Franciele Silva Pereira, 10 anos. Xapuri, Acre.

A menina Franciele (livro 1, capítulo 12) é descendente de imigrantes nordestinos que foram para a Amazônia em busca de oportunidades oferecidas por um dos mais vigorosos períodos econômicos que a região viveu.

O ciclo da borracha se estabeleceu na Amazônia por ser ali o único local do mundo onde a seringueira (*Hevea brasiliensis*), endêmica da região, ocorre em estado selvagem na floresta. A extração do látex, matéria-prima para a fabricação da borracha, teve um crescimento muito significativo com o início da fabricação de automóveis, já em 1879 e até 1912, tendo um segundo período de importância entre 1942 e 1945.

No seu auge, que se deu no início do século XX, houve uma migração de mais de 500 mil trabalhadores, oriundos principalmente do Nordeste brasileiro, para trabalhar nos seringais. Surgia a categoria denominada “seringueiros”.

Já no segundo ciclo, durante a Segunda Guerra Mundial, entre 55 mil e 70 mil novos trabalhadores, também nordestinos, formaram o chamado “exército da borracha” – a maioria, porém, morreu, vítima de doenças tropicais ou por consequência das péssimas condições de vida e trabalho. Apenas cerca de seis mil sobreviveram. Desses, alguns permaneceram na Amazônia, como a família de

Franciele; outros, com o fim da guerra e a queda na venda da borracha, voltaram para suas terras de origem.

Nos anos 1960, iniciou-se na Amazônia um importante processo de transformação, graças à forte atuação do Estado e à atração de investimentos privados para a “modernização” da região. O regime militar, que tomou o poder no Brasil em 1964, implantou, então, a “Operação Amazônica”, cujo objetivo era integrar a região ao resto do país com um processo de povoamento acelerado.

Foram criados diversos órgãos públicos para promover a industrialização, assim como a concessão intensiva de incentivos fiscais para quem se dispusesse a “colonizar” o território com empreendimentos, principalmente no setor agropecuário.

Nesse período, os seringueiros despontaram como um movimento social de relevância. Ganham mais importância e visibilidade até meados dos anos 1980. A organização desses trabalhadores se tornou necessária pois os projetos governamentais prejudicaram suas atividades e transformaram a região em palco de conflitos.

Imensas áreas eram vendidas a preços baixos. Os novos proprietários iniciavam o desmatamento da floresta para a implantação de pastos, o que promovia a retirada

das árvores seringueiras (principal meio de sustento da população extrativista do látex). Muitas vezes, os seringueiros acabavam expulsos, e suas casas destruídas ou incendiadas.

Da reivindicação do direito de uso da terra, a pauta dos seringueiros se ampliou na década de 1980. Com a aproximação de atores do ambientalismo global que lutavam pela redução do desmatamento da floresta, o movimento se tornou transnacional. Nesse período surgiu, com grande destaque, a liderança de Chico Mendes.

Francisco Alves Mendes Filho nasceu em 1944, no seringal de Porto Rico, em Xapuri (AC), filho de migrantes nordestinos que foram para o Acre no segundo ciclo da borracha. Passou a infância e a adolescência retirando látex com seu pai. Só teve oportunidade de se alfabetizar aos 16 anos. Ainda jovem, iniciou sua militância contra a exploração dos trabalhadores da floresta feita pelos seringalistas, os donos

Francisco Alves Mendes Filho nasceu em 1944, no seringal de Porto Rico, em Xapuri (AC), filho de migrantes nordestinos que foram para o Acre no segundo ciclo da borracha. Passou a infância e a adolescência retirando látex com seu pai.

Casa de Chico Mendes (1944-1988), em Xapuri (AC).



das terras onde estavam os seringais.

Já adulto, participou ativamente do movimento que lutava pelo direito de posse das terras nas quais, desde o final do século XIX, alguns seringueiros atuavam no extrativismo de látex e castanhas. Foi nesse período que começou a organizar os chamados “empates”: uma ação na qual as pessoas davam-se as mãos ou os braços para cercar áreas que seriam desmatadas por tratores, e confiscavam motosserras. Corpos contra máquinas compõem a imagem icônica da defesa da floresta.

Essa era, no entanto, uma estratégia de alto risco, pois os tratores poderiam avançar sobre os manifestantes, que também ser tornavam alvo dos tiros que eram endereçados às lideranças. Dessa forma, crianças, mulheres e idosos poderiam perder a vida durante a ação, como, de fato, aconteceu em diversos empates.

Para institucionalizar o movimento, Chico Mendes, ao lado de outros companheiros, fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia. Pouco tempo depois, organizou o Sindicato Rural de Xapuri. Nessa época, entrou para a política e foi eleito vereador de Xapuri pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1977. Três anos mais tarde, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre e participou de diversos comícios ao lado de Luís Inácio Lula da Silva. Durante os anos 1980, com o apoio do Centro dos Trabalhadores da Amazônia, criou o Projeto Seringueiros, para a alfabetização dos moradores dos seringais.

Sob sua liderança, centenas de trabalhadores se reuniram na Universidade de Brasília (UnB) em 1985, no Encontro Nacional dos Seringueiros, onde se formou o Conselho Nacional dos Seringueiros, composto por cem líderes de todos os estados produtores de borracha natural. Como resultado desse encontro, surgiu a Aliança dos Povos da Floresta – seringueiros, populações ribeirinhas, castanheiros, pescadores e quebradeiras de coco se uniram em torno da proteção da floresta com a criação de “reservas extrativistas”, locais onde tais atividades seriam realizadas com permissão oficial e sem os impactos ambientais causados pelo desmatamento.

O professor pode discutir com os alunos como a formação dos movimentos sociais de reivindicação de direitos e a união entre causas diferentes, como conservação ambiental e direitos civis, colaboram com a formação cidadã, aprofundando habilidades importantes previstas na BNCC.

A visibilidade conquistada por essas iniciativas transforma o movimento dos povos da floresta em uma referência na preservação da Amazônia, principalmente no âmbito internacional, o que atrai o apoio de importantes organizações ambientalistas.

Chico Mendes: medalha internacional

Chico Mendes passou a ser um líder reconhecido em diversos países. Foi convidado a participar, em 1987, da Conferência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que aconteceu em Miami, nos Estados Unidos. Lá, denunciou os danos ambientais e sociais que a pavimentação da BR-364, estrada que liga Porto Velho (RO) a Rio Branco (AC), provocaria. A ação resultou na suspensão do financiamento da obra até que fossem realizados os estudos de impacto ambiental.

Em 1988, Chico Mendes tornou-se o primeiro (e até agora único) brasileiro premiado com a Medalha de Meio Ambiente da Better World Society. Nesse mesmo ano, recebeu, também, o Global 500, prêmio concedido pela ONU.

Com tamanho reconhecimento, ele passou a ser considerado um obstáculo aos objetivos de ruralistas proprietários de terra, e virou alvo de ameaças de morte – o que acabou acontecendo na noite de 22 de dezembro de 1988. Após o banho na área externa de sua residência, ele foi morto por tiros desferidos por Darcy Alves, filho do fazendeiro Darly Alves.

A morte de Chico Mendes não brecou suas ideias. Uma delas, apresentada durante o Encontro Nacional dos Seringueiros, as Reservas Extrativistas (Resex), consolidou-se como o maior legado da luta do líder pela conservação da floresta. Um modelo de Unidade de Conservação, até então inédito no mundo, foi incluído no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000, permitindo a permanência dos seringueiros na floresta ao mesmo tempo que se preservam seus recursos naturais, promovendo benefícios sociais aos seus familiares.

Em 2023, já havia 96 Reservas Extrativistas no Brasil, abrangendo uma área de cerca de 15,7 milhões de hectares de natureza protegida e utilizada de modo sustentável.

A luta por direitos na Amazônia ainda é uma realidade que contabiliza dezenas de assassinatos de lideranças e de ambientalistas. É um grande desafio a ser resolvido na região. A implementação do desenvolvimento sustentável por meio da bioeconomia se mostra como uma via eficiente para resolver conflitos socioambientais seculares, com

inclusão social, crescimento econômico e conservação da biodiversidade da floresta.

Pesquisar com os alunos algumas das boas práticas de bioeconomia e de extrativismo sustentável existentes na Amazônia pode ser um projeto muito enriquecedor para ser desenvolvido na escola, de modo transversal e transdisciplinar.

Em 2007, por iniciativa da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, companheira de Chico Mendes em diversas ações na Amazônia, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com a missão de cuidar das Áreas Protegidas do Brasil, incluindo as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, locais onde as atividades humanas podem estar integradas à proteção da natureza, como é o caso das Reservas Extrativistas.

Temas contemporâneos transversais da BNCC que podem ser trabalhados com a leitura do capítulo de Franciele

- Vida familiar e social.
- Interações humanas (direitos humanos, participação comunitária, gestão participativa, cooperação e solidariedade, partilha do conhecimento).
- Diálogos com o território.
- Segurança alimentar e nutricional.
- Busca de autonomia na formação de crianças e jovens.
- Direitos humanos.
- Novas formas de participação.
- Equidade, justiça social e cultura da paz.



A rotina de Franciele: entre plantações e a floresta.



Divisor de águas





De fato, a Pan-Amazônia é um conceito que surgiu no âmbito das lutas dos povos locais para sinalizar que, mais do que respeitar as fronteiras entre os países, é preciso tratar a Amazônia como um conjunto único: um bioma florestal que não está limitado a cada país, com uma diversidade de povos ancestrais que vivem independentemente dos seus limites oficiais. São mais de 400 povos indígenas nos nove países – sem que as fronteiras entre alguns deles seja motivo para separar seus territórios de vida.

É importante destacar que o Brasil detém cerca de 62% da floresta amazônica. Isso sinaliza para a necessidade de implantação de algum tipo de governança integrada, difícil de se estabelecer em virtude dos interesses políticos e econômicos de cada nação.

Uma primeira tentativa de promover essa integração ocorreu com a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em 1995, que reúne todos os países amazônicos, com a exceção da Guiana Francesa.

Sua principal missão é a implementação dos objetivos de preservação do meio ambiente e uso racional dos recursos naturais previamente estabelecidos pelo Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), firmado em 1978 pelos países da região.

Os principais desafios desse bloco de países são: utilização de forma sustentável dos recursos naturais; gerenciamento da migração de pessoas pelo território comum da Amazônia, respeitando-se as tradições das diversas etnias locais; invasão de atividades clandestinas como garimpos e desmatamento ilegais; combate ao tráfico de armas, drogas, animais, e até pessoas. A região se tornou uma das mais violentas do mundo, tamanho o trânsito de contrabandistas, narcotraficantes e exploradores ilegais de riquezas. Uma saída é a governança internacional com base na colaboração e no princípio da sustentabilidade, fundamental para o gerenciamento do território amazônico e suas demandas sociais e ambientais.

Página anterior, rio Oiapoque. Abaixo, barcos no rio Oiapoque; ao fundo, a Ponte Binacional Franco-Brasileira, que liga o Amapá à Guiana Francesa.

Keicy Grazielle Costa Gomes, 12 anos. Oiapoque, Amapá

Keizy Grazielle (livro 1, capítulo 11) mora no Oiapoque (AP), região de fronteira entre países e, por incrível que pareça, entre continentes. A Amazônia é tão grande que chega até a França! Pode parecer estranho, mas é exatamente isso que acontece na divisa entre o Estado do Amapá com a Guiana Francesa, uma colônia ligada à União Europeia.

Separados pelo rio Oiapoque, Brasil e França têm ali seu ponto de contato, geográfico e político. Uma ponte binacional une as duas margens: de um lado se fala português; do outro, francês, mas, em ambos, diversas outras línguas indígenas (principalmente tupi-guarani, arawak e karib), espanhol e crioulo.

O Amapá é o estado amazônico que possui um importante marco geográfico: a capital, Macapá, é cortada pela linha do Equador. E a linha passa exatamente na linha do meio do campo do Estádio Milton de Souza Corrêa, o popular Zirão – o único campo de futebol do mundo em que cada time faz gol em um hemisfério diferente.

Durante algum tempo, Oiapoque foi apontado como o município mais ao norte do país – desde 1998, porém, se sabe que tal título pertence a Uiramutã (RR), município onde fica a nascente do rio Ailã, o verdadeiro extremo nor-

te brasileiro. A nascente fica no monte Caburaí, com 1.465 metros altitude.

Falar em pontos geográficos pode ser uma boa oportunidade para o professor abordar, com seus alunos, a geografia política da América do Sul – em especial a da Amazônia –, com foco nos países que compõem a chamada Pan-Amazônia e nas questões das relações diplomáticas e relativas às fronteiras entre eles.

Pan-Amazônia é um termo atribuído ao conjunto dos países que têm a floresta amazônica em seus territórios: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, República da Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. Na Amazônia, ocorrem seis das nove tríplices fronteiras: 1) Brasil – Guiana Francesa – Suriname; 2) Brasil – Suriname – República da Guiana; 3) Brasil – República da Guiana – Venezuela; 4) Brasil – Venezuela – Colômbia; 5) Brasil – Colômbia – Peru; 6) Brasil – Peru – Bolívia. São mais de 11.500 quilômetros de fronteiras entre esses países, o que traz grandes desafios para os governos, no sentido de garantir a segurança e os direitos dos povos que ali habitam.



A Amazônia é uma região que congrega desafios que extrapolam os interesses exclusivos de cada nação. Sua conservação é fundamental para a saúde do planeta (de natureza global), para o desenvolvimento dos estados nacionais que a compõem (de natureza regional) e para a inserção social dos milhões de indivíduos que ali vivem (de natureza local), solucionando-se, de vez, os conflitos relacionados à ocupação do território.

A ideia de “interesses das nações” também abrange as indígenas. O conceito de “nação” implica a existência de um território demarcado, o que, ao final, faz surgir as “fronteiras” tratadas neste capítulo. A demarcação dos territórios, portanto, é condição essencial para a existência das comunidades indígenas.

Pela Constituição brasileira, as sociedades indígenas têm o direito de se organizarem como nações, independentes entre si e diferenciadas da própria nação brasileira. No entanto, geralmente, essas sociedades ainda são tratadas como “povos”, cujo direito ao território ainda é motivo de conflitos permanentes.

Debater com os alunos a lógica da divisão política entre as nações, e os desafios que a “separação” dos humanos em territórios demarcados impõe, como a impossibilidade da livre circulação entre eles conforme a vontade de cada um, é uma ótima oportunidade para os professores aprofundarem reflexões sobre a forma como devemos construir nosso futuro.

A fala de Keicy – “Nossa escola tem uma mistura muito legal de gente. Tem criança indígena, cubana, haitiana, venezuelana” – é bastante reveladora sobre o valor da diversidade e o respeito às diferenças.

Será a Amazônia o lugar onde poderemos exercer uma nova forma de organizar a política internacional, na qual a colaboração para a solução de problemas regionais e globais possa estar ao lado do reconhecimento da diversidade de povos e do respeito aos seus direitos básicos para a vida? Queremos acreditar que sim.

Temas contemporâneos transversais da BNCC que podem ser trabalhados com a leitura do capítulo de Keicy Graziele

- Busca de autonomia na formação de crianças e jovens.
- Diálogos com o território.
- Vida familiar e social.



Cidade de Oiapoque (AP). Nas próximas páginas, vereda no rio da Encantada (AP).



Bicicletas e búfalos





Homero de Moura Gonçalves, 8 anos. Afuá, Ilha de Marajó, Pará

Homero (livro 1, capítulo 4), o menino morador de Afuá (PA), vive na região onde o rio Amazonas despeja no oceano Atlântico mais de 200 milhões de litros de água doce por segundo. Só para se ter uma ideia do que isso significa, a vazão de 75 minutos do rio Amazonas seria suficiente para abastecer a cidade de São Paulo por um ano inteiro!

Trata-se de um misto de delta e estuário, composto pelas águas do rio Amazonas e do rio Pará, que recebe as águas do Tocantins, e apresenta canais associados a um conjunto de braços de rios, furos e igarapés que se entrelaçam. Mais uma vez, temos a formação de um arquipélago, o maior flúvio-marítimo do planeta, com 2.500 ilhas e ilhotas, além da ilha de Marajó (a maior, com 42 mil quilômetros quadrados) e outras 46 de tamanhos médios e grandes.

No passado, a ilha se chamava Marinatambal. Antes do desembarque dos europeus, a população chegou a 40 mil habitantes. Os marajoaras tiveram seu apogeu entre 1000 e 400 anos a.C. Eram exímios ceramistas. O nome atual da ilha, recebido apenas em 1754, vem de *m-bará-yó*, que em tupi significa “tirado do mar” ou “barreira do mar”.

Em Marajó existe a maior criação de búfalos do país, com mais de 700 mil cabeças. Os campos alagados são

um tapete para a espécie. Tanto a carne como o leite desses animais fazem parte da alimentação dos locais. Além da pecuária, outras atividades existentes são a extração de madeira, de açaí e do látex da seringueira para a fabricação de borracha.

Viver nessa região exige algumas adaptações nas moradias. O regime anual de chuvas e a ação das marés do oceano Atlântico promovem alterações do nível da água, a ponto de impactar as construções predominantes: as palafitas. As habitações são apoiadas em longos pilares feitos de troncos, de modo que a parte onde as pessoas ficam se afaste o máximo possível do nível mais alto das águas.

Os professores podem tratar com os alunos os diversos tipos de habitação existentes na humanidade, e no Brasil em especial, apontando as diferenças entre aquelas feitas de palha (como as ocas no Xingu), as de madeira apoiadas no chão (ou palafitas), as de taipa (barro e madeira) e as feitas de outros materiais mais familiares às crianças urbanas, como as de tijolos ou de concreto.

Na Amazônia, além das palafitas, existem casas que são flutuantes, construídas sobre troncos da madeira

açacu ou sobre galões plásticos (mais artificiais), que também se adaptam ao sobe e desce dos rios. Boa parte dessas soluções estão baseadas na chamada bioarquitetura, uma arte construtiva que busca na natureza os materiais mais adequados a cada tipo de ambiente onde as pessoas precisam morar.

As palafitas de Afuá, tão bem descritas pelo menino Homero, constituem um pitoresco cenário. As bicicletas se tornaram ali o único modo de locomoção.

Aqui, os professores podem aproveitar e tratar com seus alunos a questão da mobilidade urbana, chamando a atenção para os modais mais sustentáveis, como as bicicletas, e os mais impactantes ao planeta, como os veículos automotivos movidos a combustíveis fósseis, com suas emissões de gases do efeito estufa e sua influência na crise climática que a humanidade terá que enfrentar nos próximos anos. O modo de vida amazônico pode servir como inspiração para as soluções criativas necessárias para sobreviver no futuro.

Na foz do rio Amazonas, devido ao incrível volume de

água que ele lança no oceano Atlântico, e sob a influência da lua, que altera as marés, ocorria o fenômeno da pororoca – esse que Homero cita em seu relato. Era um acontecimento natural e impressionante. Quando as águas do oceano atingiam um nível mais elevado que o dos cursos de água doce, uma imensa onda, que por vezes chegava aos 6 metros de altura, “subia” os rios, provocando um “grande estrondo” (*poro’roka*, na língua tupi).

Conhecida em todo o país e no mundo, a pororoca era muito procurada por turistas que praticam o surfe e que gostavam de se aventurar nessa onda contínua. O fenômeno ocorria em vários pontos do delta-estuário, inclusive no município de Afuá, onde às vezes as águas chegavam a alagar até mesmo as palafitas, nas chamadas “marés lançantes”, um aumento excessivo do nível do rio Amazonas devido ao poder da lua cheia.

Quando o embate entre rio e mar aponta vantagem para o fluxo das águas doces, o Amazonas lança uma imensa quantidade de nutrientes que compõem a sua pluma, caracterizada por um grande volume de águas de baixa salinidade, alta concentração de material em suspensão e dissolvido. Boa parte do alimento da fauna marinha é

Página anterior, trânsito de Afuá, Ilha de Marajó (PA). Abaixo, detalhe de embarcação no porto de Afuá.



fornecida dessa maneira, como um presente da floresta aos seres do oceano.

A ação humana sobre o meio ambiente, no entanto, afetou de tal modo o equilíbrio, que até mesmo a ocorrência da pororoca, um dos acontecimentos poderosos da natureza, é algo cada vez mais raro de acontecer. No lugar onde esse fenômeno era mais impressionante, a foz do rio Araguari (AP), a criação de búfalos em escala acima do recomendável, aliada à construção de barragens, provocou um grave assoreamento que praticamente extinguiu a grande onda. Desde 2015, a pororoca não dá as caras, e não atrai, como antes, os visitantes do mundo inteiro que iam até a região para se encantar com o acontecimento. O “grande estrondo” foi silenciado.

Essa história também permite abordar em sala de aula uma atividade bastante comum na região da foz do rio Amazonas: o extrativismo de frutos do mar e do rio , bem como de organismos das águas salobras formadas desse encontro, principalmente o camarão.

Pescar o camarão é fácil e divertido, e até as crianças de lá sabem como fazer. Basta amarrar a isca no interior de um matapi, um tipo de gaiola feita com talos de palmeira. Ele fica em galhos ou árvores, no fundo do rio. Depois que os camarões graúdos entram, eles não conseguem mais sair. Isso porque têm barbas que funcionam como sensores – ao encostarem no talo do matapi, o animal se retrai e fica preso. O Festival do Camarão é uma das festividades mais tradicionais de Afuá.

- Temas contemporâneos transversais da BNCC que podem ser trabalhados com a leitura do capítulo de Homero
- Diálogo; diversidade e valorização do multiculturalismo.
 - Novas formas de participação.
 - Busca de autonomia na formação de crianças e jovens.
 - Diálogos com o território.



Búfalos na Ilha de Marajó (PA).



Rios que parecem não ter fim





Elivaldo Cavalcante Ribeiro, 11 anos. Novo Airão, Parque Nacional das Anavilhanas, Amazonas

Morador da comunidade Renascer, junto ao igarapé Vai Quem Quer, em Novo Airão (AM), o menino Elivaldo deixa transparecer em seu relato (livro 1, capítulo 3) um forte vínculo com a única forma de locomoção para muitos dos moradores da Amazônia: as embarcações. A Amazônia é uma teia de rios de todos os tamanhos, com distâncias enormes, muitas vezes somente vencidas em dias de viagem de barco.

A principal bacia hidrográfica da região é a do rio Amazonas, a maior do mundo, com 7 milhões de quilômetros quadrados (cerca de 4 milhões no Brasil; o restante dividido por seis países: Peru, Colômbia, Bolívia, Equador, Venezuela e Guiana). É formada por rios gigantes como Negro, Solimões, Purus, Tapajós, Madeira, Trombetas, Japurá, Jari, Javari, Tarauacá, Itacuaí, Iriri e o principal deles, o Amazonas (e seus mais de mil afluentes).

Junção do Negro com o Solimões, o Amazonas é o mais extenso do planeta, com 6.992 quilômetros, das nascentes na Cordilheira dos Andes (Peru) até a foz no oceano Atlântico. Antes de chegar ao Brasil e ganhar a denominação de Solimões, ele recebe outros nomes, como Ene, Tambo e Ucayali, mas somente ao encontrar o Negro é que atende por rio Amazonas. O rio Nilo (Egito) é o segundo mais extenso, com 6.852 quilômetros, seguido pelo Yang Tsé (China), com 6.380 quilômetros. São linhas de água que se enxergam do espaço.

Além de ser o mais comprido, o rio Amazonas é o mais

caudaloso: apresenta o maior volume de água da Terra, despejando no mar mais de 200 milhões de litros por segundo, com mais de 30 toneladas de sedimentos. Em alguns trechos, sua profundidade pode chegar a 100 metros; a largura, próximo à foz, alcança 50 quilômetros. Sozinho, ele despeja 30% de toda a água doce fluvial que deságua no Atlântico.

Anavilhanas e Mariuá

Com 3.240 quilômetros de extensão, o rio Madeira é o maior afluente da margem direita do Amazonas, sendo formado pela junção das águas dos rios Mamoré e Guaporé. Já o Negro, com cerca de 1.700 quilômetros, é o maior afluente da margem esquerda e o mais extenso do mundo com águas negras. Com suas nascentes localizadas na Colômbia, o Negro abriga os dois maiores arquipélagos de ilhas em água doce do planeta: Mariuá (cerca de 1.400 ilhas, 140 quilômetros de extensão e 20 quilômetros de largura) e Anavilhanas (quase 400 ilhas, 60 lagos e dezenas de paranás – canais de rio – e igapós).

Barcelos é o município mais próximo de Mariuá, arquipélago protegido pelo Parque Nacional do Jaú e pelo Parque Estadual Serra do Aracá, e Novo Airão, município onde mora o Elivaldo, é mais próximo do Parque Nacional das Anavilhanas. Ambos os arquipélagos são ambientes em constante mutação devido ao regime de vazantes e

cheias do rio Negro por conta das variações climáticas de chuvas. Não é qualquer navegante que pode se aventurar na região – um complexo labirinto de cursos d’água exige experiência de quem está no timão.

Aqui, o professor explora o conceito de igarapé, comparando com termos de outros cursos de água na Amazônia e em outras regiões do Brasil. O uso de mapas é recomendado para que a visualização ajude na compreensão da extensão das bacias. As características dos rios e dos arquipélagos podem ser esmiuçadas pelos educadores para que a hidrografia amazônica seja apresentada adequadamente aos alunos.

As imensas distâncias a percorrer de barco entre as comunidades ribeirinhas e as grandes cidades amazônicas impõem aos moradores a adaptação a um ritmo de vida particular. As crianças, como diz o Elivaldo, para irem à escola contam com esse tipo de caminho. Ele relata que “é preciso” remar por 30 minutos no meio dos igarapés até

Essas águas são o hábitat de uma variedade muito rica de espécies, das quais vale destacar a presença do boto-cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*), que é uma espécie-símbolo da região e o maior golfinho de água doce do mundo.

Página anterior, banco de areia no Parque Nacional de Anavilhanas (AM).
Abaixo, boto-cor-de-rosa.





conseguir chegar à escola. Mesmo para cuidados com a saúde, não dá para escapar de muitas horas de navegação até atracar próximo a um hospital ou posto de atendimento – ainda que se utilizem as rabetas (barcos a motor, mais rápidos).

Uma preocupação para os que navegam em pequenos barcos são os banzeiros: movimentos de ondas muito agitadas, formadas pelo vento, que podem até derrubar as pessoas na água. Outro cuidado é evitar o rebojo, uma espécie de redemoinho formado por alterações no relevo do fundo dos rios, que pode até sugar pequenas embarcações.

As dificuldades de mobilidade na região amazônica podem ser trabalhadas em sala de aula com o professor fazendo analogias com a realidade das escolas onde trabalha e das comunidades que as cercam. O direito de ir e vir deve ser garantido pelo Estado, com infraestrutura adequada a qualquer cidadão. O assunto “embarcações amazônicas” também rende bons debates com os alunos, pois, na Amazônia, há vários tipos delas, como canoas, rabetas, catraias, voadeiras, lanchas, balsas, catamarãs, obidenses, recreios e navios.

Essas águas são o hábitat de uma variedade muito rica de espécies, das quais vale destacar a presença do boto-cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*), que é uma espécie-símbolo da região e o maior golfinho de água doce do mundo. Com cerca de 2,5 metros de comprimento, ele pode pesar mais de 150 quilos, alimenta-se de peixes, caranguejos e até de tartarugas. Infelizmente, sua carne é utilizada como isca para a pesca do peixe piracatinga (*Calophysus macropterus*). A matança por esse motivo, aliada à poluição das águas por mercúrio, extração de petróleo, grande circulação de barcos e construções de hidrelétricas, colocou a espécie como vulnerável à extinção.

Alguns projetos de conservação do boto-cor-de-rosa estão sendo implantados. Mas, apesar do esforço da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), há preocupação com o futuro da espécie. Mesmo com grande lacuna de dados sobre as populações de boto-cor-de-rosa, algumas regiões estimam uma redução de 50% no número de indivíduos. Tal porcentagem pode chegar a 95% em 50 anos, se nada for feito por esses animais.

Em algumas localidades, como Novo Airão, em Anavilhanas, há projetos de turismo que permitem a interação de pessoas com os botos-cor-de-rosa. São instalações

controladas pelo ICMBio e por algumas ONGs que ajudam crianças e adultos a conhecerem com segurança aspectos da vida dos simpáticos bichos, sem que eles sejam prejudicados.

Para amar os animais e protegê-los é preciso conhecê-los, olhar em seus olhos, ter empatia com a sua existência, reconhecer neles o direito à vida. Nesse sentido, o acompanhamento da soltura de ovos de tracajá (*Podocnemis unifilis*), uma espécie de tartaruga amazônica, realizada pelo Projeto Quelônios, do Ibama, é uma atividade de Educação Ambiental muito importante na região.

Sendo a Amazônia o reino das águas, o que não falta lá é a presença de seres mágicos que as habitam. Na cultura popular, a lenda do boto o associa a um jovem galante, vestido de branco e com um chapéu, que seduz as mulheres com o intuito de engravidá-las.

Já a lara, também conhecida como “mãe d’água”, é o equivalente feminino do boto: um ser dotado de grande beleza, metade mulher e metade peixe, que, com sua voz atraente, encanta os homens para levá-los para sua casa, sob a superfície. Segundo o folclorista Câmara Cascudo (1898-1986), a figura da lara é uma adaptação da lenda europeia da sereia, introduzida pelos portugueses, e que se fundiu a outras lendas indígenas já existentes, como o Ipupiara, um monstro dos rios que perseguia e matava as pessoas, e a Mboiaçu (Cobra Grande), uma cobra negra enorme que perseguia quem atravessasse as águas. Ambas estão ligadas às mitologias indígenas que atribuem a origem de tudo a partir de uma “mãe d’água”, uma mistura de Ipupiara e Mboiaçu. Também é possível associar a lara à divindade africana Iemanjá, orixá do candomblé, considerada a “rainha das águas”.

A realidade e a fantasia são elementos que podem ser trabalhados conjuntamente com as crianças. Dessa forma, a Amazônia será absorvida por meio de múltiplos saberes e sentidos já dados a ela, seja pela ciência, seja pela tradição popular. A Amazônia, afinal, não se explica só com a razão.

- Temas contemporâneos transversais da BNCC que podem ser trabalhados com a leitura do capítulo de Elivaldo**
- Busca de autonomia na formação de crianças e jovens.
 - Diálogos com o território.
 - Segurança alimentar e nutricional.
 - Saúde e meio ambiente.





Rainha das águas





Maria Vitória Correia Dias, 10 anos. Abaetetuba, Pará

A Amazônia é repleta de plantas emblemáticas. Não poderia ser diferente na maior floresta pluvial do planeta. Algumas espécies se destacam pelo seu uso econômico, outras pela sua simples beleza. Conhecer algumas delas significa um mergulho no mundo da simbologia e do encantamento estético.

A vitória-régia (*Victoria amazonica*) é um dos símbolos mais conhecidos – não é à toa que a menina Maria Vitória (livro 1, capítulo 9) gosta de ser chamada pelo nome da maior planta aquática do mundo.

As folhas flutuantes da vitória-régia podem atingir até três metros de diâmetro. Inicialmente de coloração branca, a flor ganha traços róseos à medida que se dá o processo de maturação sob a influência do sol. A planta inspirou belíssimas lendas entre os povos originários, como a narrada por Maria Vitória. Ela fala sobre a guerreira Naiá, apaixonada pela lua, que, ao tentar beijar seu reflexo nas águas, acabou morrendo afogada e foi transformada na “estrela das águas” pela deusa Lua (Jaci, em algumas adaptações).

Descrita em 1801 pelo botânico Thaddeus Xaverius Pergrinus Haenke, e depois levada para a Inglaterra pelo botânico John Lindley, a planta encantou a então rainha Vitória. Pronto: foi batizada com o nome em sua homenagem.

A vitória-régia também tem outros nomes locais, como “jaçanã”, “cará-d’água” e “milho do rio”. Graças à sua beleza, a espécie é uma das preferidas pelos paisagistas mundo afora para compor jardins aquáticos em diversos países.

Planta amazônica de grande importância econômica, o guaraná (*Paullinia cupana*) também tem sua lenda para explicar a forma peculiar de seus frutos: são os olhos de um indiozinho morto pelo Jurupari, uma entidade tratada ora como legislador, ora como demônio que, disfarçado de cobra, o envenenou com uma picada. Tupã teria mandado enterrar os olhos do indiozinho para deles nascerem uma planta cujo fruto seria oferecido aos jovens como garantia de muita força e aos velhos como combustível de disposição.

O guaraná é fruto de uma trepadeira arbustiva amazônica e é muito utilizado na fabricação de bebidas, principalmente refrigerantes, mas pode também ser consumido em pó, em bastão, como extrato e como xarope. Rico em cafeína, é uma planta estimulante, que aumenta as capacidades mentais e diminui a fadiga muscular, entre muitas outras propriedades medicinais.

O cacau (*Theobroma cacao*) é outra planta da Amazônia com importante uso comercial, pois é a matéria-prima na fabricação do chocolate. Há indícios de que ele já era

consumido há mais de cinco mil anos, sobretudo na Amazônia Ocidental e na América Central, pelas culturas Mayo-Chinchipe-Marañón, Olmecas, Astecas e Maias. A partir de sementes torradas e moídas, misturadas à água, esses povos preparavam a bebida consumida em rituais. Ao ser levada para a Europa, a bebida (muito amarga) passou a ser consumida misturada ao leite e ao açúcar, dando origem, ao longo do tempo, ao chocolate como o conhecemos hoje.

Na lista dos produtos de exportação importantes do país está a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*). No mundo, são consumidas mais de 20 mil toneladas de castanhas por ano. Metade da produção vem da Bolívia, outros 40% do Brasil e mais 10% do Peru. A castanheira é uma árvore que está protegida por lei devido à redução da espécie pelo desmatamento da floresta. Sua ocorrência se restringe a alguns trechos da Amazônia (destaque para o Acre), mas se dá também em todos os outros estados.

O guaraná, a castanha-do-brasil e o cacau são três plantas que ajudam o professor a trabalhar com seus alunos o grande potencial econômico da biodiversidade amazônica, chamando a atenção para a escala global que o consumo delas atinge, o que é uma alternativa de desenvolvimento econômico para a região e para o país.

Há as frutas tropicais que são oriundas da floresta, como o bacuri (*Platonia insignis*), o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), a graviola (*Annona muricata*), o biribá ou araticum (*Annona mucosa*), o camu-camu (*Myrciaria dubia*), o tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), o ajuru (*Chrysobalanus icaco*), o araçá-boi (*Eugenia stipitata*), o cubiu (*Solanum sessiliflorum*) e o ingá (*Inga edulis*), entre muitas outras.

Vale mencionar, ainda, as medicinais andiroba (*Carapa guianensis*), com propriedades antissépticas, anti-inflamatórias e cicatrizantes, e também um excelente repelente de mosquitos, e a copaíba (*Copaifera langsdorffii*), com as mesmas propriedades antissépticas, anti-inflamatórias e cicatrizantes, mas de grande interesse para a indústria de cosméticos. Seu óleo pode ser utilizado como combustível para barcos e até automóveis.

Em meio a tamanha diversidade, merece destaque o buriti ou miriti (*Mauritia flexuosa*), espécie de palmeira de extrema elegância que ocorre com mais frequência no bioma do cerrado, desde as regiões sudeste e centro-oeste do Brasil, mas com grande destaque na Amazônia, nas áreas



as de transição entre o cerrado e a floresta. Sua principal característica é que as sementes germinam em terrenos alagadiços, normalmente associados às nascentes de rios. Por esse motivo, na paisagem, costumam formar conjuntos agrupados de exemplares (buritizais) ou mesmo linhas contínuas de árvores (veredas), acompanhando os córregos que brotam das nascentes.

Trata-se da árvore que inspirou o título da obra maior do grande escritor João Guimarães Rosa (1908-1967), *Grande Sertão: veredas* (1956), na qual ele a descreve, dentre muitas passagens, da seguinte forma: “O senhor estude: o buriti é das margens, ele cai seus cocos na vereda – as águas levam – em beiras, o coquinho as águas mesmas replantam; daí o buritizal, de um lado e do outro se alinhando, acompanhando, que nem que por um cálculo”.

O muriti, como ele é conhecido em Abaetetuba, terra da menina Maria Vitória, e em muitas outras regiões da Amazônia, é uma árvore de inúmeros usos pelas pessoas que lá vivem. Seu fruto é comestível e rico em vitaminas. Pode ser consumido ao natural, em sucos, ou mesmo em forma de doces, geleias, sorvetes e licores. Da sua semente é extraído um óleo medicinal que combate os vermes intestinais, além de ser cicatrizante e energético. Outra utilização do óleo é em curtumes, para amaciar e envernizar o couro. A indústria de cosméticos também é grata ao produto para fabricação de xampus, sabonetes, cremes hidratantes e protetores solares. O tronco serve como suporte para ocas, e suas folhas são usadas na cobertura contra sol e chuva. Produz ainda um palmito comestível e saboroso. A palha de suas folhas é muito usada na confecção de cestas, tapetes, esteiras, chapéus, bolsas, redes, cordas e até toalhas. Por sua leveza, o talo das folhas é aproveitado na fabricação de móveis.

O artesanato de brinquedos, presente em Abaetetuba e em outras regiões, é um traço cultural importante que revela a multiplicidade de usos do miriti. A descrição que Maria Vitória faz sobre a fabricação de brinquedos a partir da palha do miriti pode ajudar o professor em atividades similares, com outros materiais sendo oferecidos às crianças, além de servir como um bom exemplo de tradições culturais transmitidas de geração a geração.

Os brinquedos de miriti se tornaram uma grande tradição na festa do Cirio de Nazaré, aquela que a menina Ana Luísa descreve no capítulo 7. Esses brinquedos extremamente coloridos dão alegria aos festejos e há registros de que a tradição de sua fabricação e utilização vem desde 1793, quando ocorreu o primeiro Círio, em Belém.

A confecção de cestas e outros produtos de uso diário pelos povos da Amazônia é bastante diversificada, tanto nas espécies de palha que servem como matéria-prima, quanto nos formatos dos trançados e na estética. As espécies mais utilizadas, além do miriti, são a arumã (*Ischnosiphon polyphyllus*), o cipó-titica (*Heteropsis flexuosa*), o ambé (*Philodendron imbe*) e o tucumã (*Astrocaryum aculeatum*).

Muitas outras árvores da Amazônia são matéria-prima para a fabricação de canoas, rabetas, rabudas, cascos e outras embarcações divertidas, nas quais as pessoas viajam usando um guarda-chuva ou “sombriinha” para se proteger do sol, cena típica das regiões mais povoadas ou mesmo próximo às comunidades ribeirinhas.

Esse texto permite a abordagem, com as crianças, das diversas finalidades das espécies amazônicas, alinhada a um trabalho que reforce as características culturais de alimentação, confecção de artesanato, construção de casas e embarcações, assim como a valorização das “cenas” típicas da paisagem humana na Amazônia. Tal enfoque contribui para que os alunos assimilem os traços dessa região. Assim, aproximam as identidades distintas do povo brasileiro e constroem uma múltipla compreensão do país.

- Temas contemporâneos transversais da BNCC que podem ser trabalhados com a leitura do capítulo de Maria Vitória**
- Conexões culturais e saberes populares.
 - Diálogos com o território.
 - Vida familiar e social.







Belo Monte: mais pedra do que água



Maykawá Juruna, 9 anos. Altamira, Volta Grande do Xingu, aldeia Miratu, Pará

O menino Maykawá Juruna (livro 1, capítulo 6) é um dos herdeiros de uma terra ameaçada. Tinha apenas um ano de idade quando começaram as obras da usina hidrelétrica (UHE) de Belo Monte (PA) – tempos tão sombrios que os juruna o chamam de “o fim do mundo”. Seu relato pessoal revela o quanto o rio Xingu era importante para a vida de seu povo.

Kararaô, na língua Kayapó, significa “grito de guerra”, e foi esse o nome que originalmente o governo brasileiro deu para o projeto de construção de uma usina hidrelétrica em pleno rio Xingu, no trecho de sua maior curva, a “Volta Grande”.

Xingu é nome do rio cujo significado, na língua Kamayurá, é “água boa” ou “água limpa”. Na região onde hoje se localiza o município de Altamira (PA), o rio dá seu maior espetáculo de beleza, com corredeiras deslumbrantes e significados místicos. A Volta Grande do Xingu, com cerca de cem quilômetros de extensão, compõe um dos mais impressionantes conjuntos paisagísticos entre os rios brasileiros. E foi bem ali que resolveram fincar Cararaô, a usina.

Um projeto antigo, iniciado ainda durante os governos militares dos anos 1970, previa originalmente a construção de um complexo de seis usinas hidrelétricas no rio Xingu,

com alagamento de mais de 20 mil quilômetros quadrados que impactaria, diretamente, 12 terras indígenas, exigindo o deslocamento de centenas de milhares de habitantes das suas margens. A visão desenvolvimentista que predominava naqueles anos, quando a ideia de progresso passava por uma luta “heroica” da civilização contra a natureza, já havia imposto violentos impactos à floresta amazônica.

Lá mesmo em Altamira, em 27 de setembro de 1972, foi inaugurado o primeiro trecho de 1.253 quilômetros da rodovia Transamazônica, uma obra que deixava clara a opção pelo transporte rodoviário no Brasil. Anúncios promocionais de empresas contratadas para a construção da estrada afirmavam, com orgulho: “Para unir o Brasil, nós rasgamos o inferno verde”. Na verdade, a rodovia abriu as portas para grileiros, madeireiros e garimpeiros – processo que nunca mais foi interrompido.

A UHE de Tucuruí, no rio Tocantins (PA), com capacidade de geração de 8.370 MW (a segunda maior do Brasil), e a UHE de Balbina, no rio Uatumã, com apenas 275 MW, foram, também, obras de grande impacto ambiental, mas seu exemplo de descuido com o meio ambiente não gerou reflexões para o projeto de crescimento do país.

Mesmo sob protestos da comunidade científica e dos

Devido às queimadas na floresta, Altamira, em 2019, foi o município com a maior quantidade de gases de efeito estufa do Brasil.

movimentos socioambientalistas nacional e internacional, a decisão de construir a UHE de Cararaô avançou por diversas gestões no governo federal.

Em 1989, ocorreu uma cena histórica no Encontro dos Povos Indígenas do Xingu. Na audiência pública sobre a construção de Cararaô, Tuíra, uma indígena Kayapó, armada com um enorme terçado (facão utilizado na roça), investiu contra José Antonio Muniz Lopes, então Diretor de Planejamento da Eletronorte, responsável pela obra. Ela encostou a ferramenta no rosto de José. O episódio e o evento, no qual estiveram presentes defensores do meio ambiente, lideranças de comunidades amazônicas, artistas, cientistas e jornalistas estrangeiros, marcaram o início de uma batalha contra a barragem, que se estenderia por quase três décadas.

O projeto só foi retomado em 1994, com alguns ajustes em detalhes construtivos que procuravam minimizar as críticas dos seus opositores. O tamanho do reservatório, por exemplo, foi reduzido de 1.200 para 400 quilômetros quadrados, de modo a evitar a inundação da Área Indígena Paquicamba. Entre 1999 e 2000, começou o processo de análise para licenciamento da construção da usina. Mas foi apenas em 2005 que o projeto deslanchou com mais força.

Sem que fossem ouvidas as comunidades indígenas, o Senado aprovou um projeto que autorizava e implantação da usina – já com o novo nome: UHE de Belo Monte. Entre 2009 e 2011, travou-se, entre defensores e opositores, uma longa disputa jurídica, o projeto foi finalmente aprovado e as obras iniciadas em junho de 2011. No dia 5 de maio de 2016, a então presidente Dilma Rousseff inaugurou a usina.

Caminhão com madeira ilegal, Altamira (PA). Página anterior, pedras emergem no rio Xingu (PA). Próxima página, queimada em Altamira (PA).

Atualmente, Altamira sofre de graves problemas sociais, como a exploração sexual de mulheres. As etnias indígenas mais afetadas foram os Arara e os Juruna, além dos Kaiapó. Há, também, evidentes impactos ambientais, como a redução na vazão natural do rio que afeta a navegabilidade do rio Xingu e todo o ecossistema aquático e terrestre, impedindo os ciclos biológicos da fauna e diminuindo a quantidade de peixes. Logo, a vida da população ribeirinha fica ameaçada.

A história dos Juruna é especialmente dramática. Seu povo foi obrigado a se dividir devido aos ataques que sofreu ao longo dos anos. Uma parte migrou para o Parque Nacional do Xingu (PIX) e outra permaneceu no território da Volta Grande, tendo que travar guerras e disputas por recursos com outras nações, como os Kamayurá e os Suyá.

O nome original dessa etnia é Yudjá. Graças à habilidade ímpar como canoeiros, foram considerados os “donos do rio”. Juntamente com o povo Arara, os Juruna estão entre os grupos indígenas mais afetados pelas obras de Belo Monte. Estima-se que, em 1842, quando foram contatados, sua população era de cerca de duas mil pessoas. Em 2010, estavam reduzidos a 348. Foi uma história marcada por guerra, escravização e imposição de deslocamentos devido à chegada das frentes de expansão do processo de colonização da Amazônia brasileira, sobretudo a chegada da rodovia Transamazônica.

A pesca do tucunaré (*Cichla ocellaris*) garante a alimentação das pessoas; já a captura dos peixinhos ornamentais acari-zebra (*Hypancistrus zebra*), mesmo proibida, já que a espécie está vulnerável, garante uma renda extra para a família. Ou seja, eles dependem da pesca artesanal para



a alimentação e da pesca ornamental para a geração de renda complementar. Projetos de manejo e criação em cativeiro das espécies de interesse econômico estão sendo implementados.

Segundo os relatos dos mais velhos, os Arara da Volta Grande do Xingu são descendentes dos Arara do rio Bacajá. A chegada de Belo Monte impactou até crenças culturais que modificaram a forma como eles pensam o mundo e conduzem suas vidas.

Devido às queimadas na floresta, Altamira, em 2019, foi o município com a maior quantidade de gases de efeito estufa do Brasil. Juntamente com Marabá (PA), forma uma das regiões com maiores índices de violência por conflitos socioambientais. Os assassinatos são quase diários.

Os Juruna e os Arara resistiram por muitos séculos à invasão de seu território. Ao lado dos ambientalistas, tornaram a luta contra a construção da UHE de Belo Monte um símbolo para todos os que defendem um modelo de desenvolvimento mais sustentável – para o Brasil e para o mundo. A construção da hidrelétrica promoveu mudanças drásticas no modo de vida dos povos da floresta e nas condições ambientais de que eles tanto dependem para sobreviver. São esses aspectos que precisam ser trabalhados pelos professores para que as gerações futuras possam encontrar alternativas para a produção de energia como menos impactos.

Em abril de 2022, a capacidade instalada de produção de energia solar doméstica no Brasil alcançou 14 mil MW, ultrapassando os 11,2 mil MW de Belo Monte. Em dez anos (entre 2012 e 2022), o país conseguiu incorporar uma fonte de energia renovável que, ao substituir a energia hidrelétrica, poderia ter evitado 30 anos de impactos e conflitos ambientais. A Volta Grande do rio Xingu foi sacrificada em vão.

Temas contemporâneos transversais da BNCC que podem ser trabalhados com a leitura do capítulo de Maykawá Juruna

- Equidade, justiça social e cultura da paz.
- Diálogo; diversidade valorização do multiculturalismo.
- Novas formas de participação.
- Busca de autonomia na formação de crianças e jovens.
- Diálogos com o território.
- Energia e tecnologia limpa.
- Interações humanas (direitos humanos, participação comunitária, gestão participativa, cooperação e solidariedade, partilha do conhecimento).



Resistência quilombola





Rayene dos Santos, 8 anos.
Comunidade quilombola
do Silêncio, Pará

Página anterior, Quilombo do Pacoval, Monte Alegre (PA). Ao lado, Quilombo do Silêncio, Óbidos (PA).

Rayene (livro 1, capítulo 5) vive em uma comunidade quilombola em plena Amazônia. O relato do cotidiano da garota é a porta de entrada para uma página importante da formação do povo e da cultura brasileira, e representa as similaridades de lutas contra processos de violência e escravização.

Assim como a comunidade do Silêncio, em Óbidos (PA), existem no Brasil, segundo dados em consolidação pelo IBGE, quase 6 mil localidades quilombolas. Pouco mais de 400 são reconhecidas, em cerca de 700 agrupamentos localizados em territórios oficialmente delimitados.

Também de origem nos idiomas dos povos bantu de Angola, as palavras *kilombo* (do quimbundo) e *ochilombo* (do umbundo) significam algo como “lugar protegido para repouso”. Há, também, o significado de “acampamento guerreiro”, mais apropriado para representar a sua história.

A escravidão no Brasil começou em 1530 e só foi abolida como prática legalizada em 1888. Foram mais de 350 anos de uma prática violenta que confiscou a liberdade de homens e mulheres indígenas brasileiros e, principalmente, oriundos do continente africano.

No início, na falta de outra mão de obra para atividades agrícolas, os colonos portugueses aproveitavam os episódios de conflitos entre os povos indígenas brasileiros para escravizarem as tribos vencidas. Era a chamada “guerra justa”: a Coroa portuguesa autorizava a escravização daqueles que entravam em conflito com os colonos e com seus povos “amigos”.

Nesse processo, muitos grupos étnicos se recusaram a ser escravizados; fugiram para o interior do Brasil e começaram a constituir várias das nações que hoje habitam o país. Missionários religiosos que atuam desde os

primórdios da colonização, os jesuítas defenderam os povos indígenas e colaboraram para que a sua escravidão fosse abolida. A opção pela escravidão de povos africanos logo passou a ser opção, sobretudo para o trabalho pesado na lavoura da cana-de-açúcar, já a partir de 1550.

O período de escravidão no Brasil é repleto de episódios de violência permanente. As pessoas escravizadas eram trazidas de diversas localidades da África e transportadas em navios negreiros em condições tão degradantes que muitas morriam no trajeto e eram descartadas no mar. Estima-se que nos mais de 300 anos em que a escravidão imperou no Brasil, quase 5 milhões de africanos desembarcaram à força no país.

Todo esse contingente de pessoas enfrentou condições desumanas de trabalho e de vida, com jornadas que muitas vezes extrapolavam 20 horas diárias, sob a dura vigilância de seus senhores, e com aplicação de castigos e torturas sempre que houvesse sinais de rebeldia ou de cansaço.

Expressões culturais dos quilombos

O ganzá é um instrumento cujo nome tem origem do quimbundo (língua africana falada no noroeste de Angola) e significa “cabaça” (*nganza*). É feito por um tubo em formato cilíndrico preenchido com sementes, que se toca pelo chacoalhar. Pelo nome, há quem defenda que sua origem seja africana, mas o mais provável é que ele seja uma variação do maracá, um instrumento indígena tocado em antigos cultos religiosos.

Devido à proibição do uso do maracá pelos colonos portugueses, em meados do século XX, os caboclos teriam adaptado o “pau-de-chuva”, também um instrumento indígena, e criado o ganzá para uso nas festas da Congada. Trata-se, assim, de um instrumento afro-indígena, tocado por descendentes oriundos da miscigenação de raças que compuseram o povo brasileiro.

Na congada, uma expressão cultural e religiosa que mistura elementos de música, dança, teatro e canto de



matriz africana e da Igreja Católica europeia, louvam-se figuras de reis do Congo, com reverência a santidades negras cristãs (principalmente Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia). No caso de algumas festividades que homenageiam São Benedito, sua denominação passa a ser “marambiré”, uma dança sincrética que usa músicas tradicionais em ritmo de lundum e com letras que remetem ao sofrimento da escravidão, para servir como instrumento de resistência étnica.

Apesar de hoje fazerem parte da rica diversidade cultural brasileira, essas festividades não escondem as dores do passado e representam um manifesto de reivindicação pelo avanço das políticas de inclusão e equidade. Existe uma dívida de reparação ainda não paga pelos processos de integração e combate à desigualdade na sociedade brasileira. Nem mesmo a abolição da escravidão, em 1888, tornou possível a formação de um país com igualdades de direitos e acesso à qualidade de vida digna aos povos afrodescendentes.

A possibilidade de discutir a história da menina Rayene com os alunos é a chance de os professores abordarem a violência racial, com suas origens e consequências, que tão duramente configuram a formação das relações sociais até hoje vigentes. Temas como violência policial contra pessoas negras de comunidades periféricas, preconceito contra religiões de matriz africana, exploração do trabalho com baixa remuneração etc. são questões muito presentes no debate contemporâneo sobre direitos humanos e equidade social em nosso país. Ainda hoje os movimentos de lutas dos descendentes desse triste período enfrentam dificuldades para inserção plena na sociedade, sofrendo discriminação e racismo.

O conceito de “quilombo” (em alguns locais chamado de “mocambo”) só ganhou um marco jurídico bem definido após a aprovação da Constituição de 1988, que concedeu a essas comunidades a garantia do direito à terra. Atualmente, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), fundada em 1995, é a entidade mais atuante na defesa dos direitos e da cultura dos povos que lutam pela posse dos territórios historicamente ocupados por seus ancestrais.

A Fundação Palmares é o órgão federal que foi criado com o intuito de promover, fomentar e preservar as manifestações culturais negras no Brasil, assim como de coordenar os processos de certificação de comunidades quilombolas, além de elaborar o Estatuto da Igualdade Racial.

Estima-se que existam mais de mil famílias morando em territórios quilombolas no município de Óbidos, distribuídas em 18 comunidades espalhadas em seis territórios. A comunidade do Silêncio, onde mora Rayene, faz parte do Território Cabeceiras, com titulação pela Fundação Palmares em 2000, com mais de 17 mil hectares de área, que abriga ainda as comunidades de Apuí, Castanhaduba, Cuecé, Matá, São José, São José de Patauí, Vila Nova, Serra, Centrinho e Ponta Grande.

O cultivo da mandioca, assim como a fabricação da farinha, presente na comunidade do Silêncio e na grande maioria das demais por todo o país, também se apresenta como uma ótima oportunidade para que se aborde com os alunos a miscigenação cultural do Brasil.

Originalmente uma planta que foi “domesticada” e consumida pelos indígenas brasileiros, a mandioca teve seu uso na alimentação incorporado ao modo de vida das comunidades quilombolas, depois das comunidades ribeirinhas da Amazônia e de todo o país, a ponto de ser um marco da identidade nacional.

O processo original de fabricação da farinha, desde o cultivo da mandioca, sua colheita, lavagem, ralação, prensagem nos cestos de tipiti e torrefação em tachos aquecidos por lenha, é até hoje encontrado em quase todas as comunidades rurais do Brasil. Um processo que ilustra muito bem a transmissão dos saberes populares ao longo das muitas gerações – como também ocorre com o uso das plantas medicinais, tanto as nativas quanto aquelas introduzidas pelo processo de colonização e pela vinda dos povos africanos ao país.

Temas contemporâneos transversais da BNCC que podem ser trabalhados com a leitura do capítulo de Rayene

- Conexões culturais e saberes populares.
- Equidade, justiça social e cultura da paz.
- Diálogo; diversidade valorização do multiculturalismo.
- Novas formas de participação.
- Busca de autonomia na formação de crianças e jovens.
- Diálogos com o território.
- Valores para uma nova aprendizagem.
- Saúde e meio ambiente.
- Vida familiar e social.
- Segurança alimentar e nutricional.







Maria de Nazaré,
mãe da Amazônia



Ana Luísa dos Santos Nunes, 9 anos. Vigia, Pará

A história de Ana Luísa (livro 1, capítulo 7) é um bom exemplo para o professor falar de Deus, deuses e divindades. Ela nasceu prematura, e, por conta da promessa de sua mãe a Nossa Senhora de Nazaré, todo ano se veste de anjo para a festa do Círio. A religiosidade merece destaque quando se analisa a composição da cultura dos atuais povos da região amazônica.

Antes da chegada dos europeus, eram inúmeras as manifestações religiosas no Brasil – uma diversidade tão grande quanto a própria multiculturalidade étnica que existia. No entanto, alguns traços em comum podem ser identificados. A maioria dos povos da floresta é politeísta e acredita na existência de muitas entidades – normalmente espíritos ou seres sobrenaturais.

Apenas para citar alguns exemplos... Os Tembé creem nos *karoara*, seres sobrenaturais divididos entre espíritos criadores, espíritos da floresta, espíritos dos mortos e espíritos dos animais. Os yanomamis acreditam nos *xapiri*, espíritos da floresta que vivem nas montanhas. Os macuxi consideram que todos os seus parentes são descendentes de dois heróis: os irmãos Makunaimi e Insikiran, filhos de Wei (divindade do sol). Já para os Baniwa há um comple-

xo conjunto de mais de vinte mitos protagonizados por *Nhiãperikuli*, seu ser supremo.

A primeira religião a ser introduzida veio na bagagem da Igreja Católica. Jesuítas da Companhia de Jesus catequizaram as populações indígenas a partir de 1622. O passo inicial foi tentar remover vários traços culturais e religiosos existentes para, só então, impor os valores cristãos europeus.

Após os jesuítas, desembarcaram a ordem dos franciscanos (1617); a dos carmelitas (1627) e, por fim, a dos mercenários (1640). As ordens católicas realizaram a evangelização com uma estratégia em comum: organizavam os aldeamentos de indígenas que viviam de modo isolado para facilitar a pregação. Ao mesmo tempo, tentavam impedir que eles tivessem contato com religiosos holandeses e ingleses, que já ocupavam a região pregando o protestantismo.

O domínio do trabalho dos jesuítas foi o mais presente durante o século XVII. Cumpria não apenas o papel de evangelização dos povos indígenas, mas, também, servia de apoio à Coroa portuguesa, pois proporcionava a confecção de mapas da região a partir de desenhos dos missionários.

Os jesuítas foram o grupo religioso mais importante na defesa dos indígenas contra as tentativas de escravidão dos colonos. Esse período terminou com a administração do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), que impôs a retirada das missões jesuíticas. As populações do interior da Amazônia, então, passaram quase um século sem o acompanhamento pastoral da Igreja Católica. A falta de sacerdotes fez surgir diferentes manifestações e vivências de fé. Deu-se um fenômeno que, no geral, foi nomeado de “catolicismo popular”: pessoas leigas dirigiam os festejos de santos com a presença de sacramentais (fitas, velas, imagens, água-benta), assim como expressões teatralizadas e festas de religiosidade.

Nesse período, foi retomada a organização religiosa tradicional, com os traços em comum dos povos originários. O pajé, líder religioso que se configura como um xamã, é capaz de realizar o contato direto com todos os seres “encantados”, assim como acessar os saberes para a realização da cura de todos os males do corpo e da alma. É na pajelança, seu ritual mais comum, que esses xamãs conseguem fazer prognósticos sobre o que deve ser feito pelas pessoas e pelo povo.

Há indícios de que essas pajelanças (rituais realizados com o auxílio de instrumentos normalmente derivados de maracas e chocalhos) sejam manifestações do sincretismo religioso derivado do encontro das cerimônias ancestrais com o catolicismo europeu.

Tal sincretismo é o responsável, no caminho contrário, pela crença de que santos católicos tenham capacidade de curar ou “espantar mau-olhado” para livrar as pessoas dos males do cotidiano. Isso pode ser observado, por exemplo, na maior manifestação religiosa do Brasil: as comemorações do Círio de Nazaré (das quais, em 2022, mais de 2,5 milhões de pessoas participaram).

Nossa Senhora de Nazaré é uma das santas mais cultuadas na Amazônia. É a padroeira de várias cidades, especialmente de Belém e de Vigia (onde se originou o Círio), ambas no Pará. A história de Ana Luísa está diretamente ligada a essa devoção do povo paraense.

As informações trazidas neste capítulo permitem ao professor apresentar a seus alunos a importância que têm a fé e a religião na cultura do povo da Amazônia e também do Brasil.

Já no século XIX, com a chegada do ciclo da borracha, a realidade amazônica é transformada – bem como a atuação da Igreja Católica. Para proteger as populações ribeirinhas contra os interesses dos grandes barões da borracha, os missionários organizam pequenas comunidades agrícolas, tendo como principal protagonista o bispo Dom Macedo Costa.

A proposta era criar colônias agrícolas católicas formadas por caboclos, indígenas e pelos novos imigrantes nordestinos que chegavam à Amazônia, de modo que pudessem garantir seu sustento por meio da agricultura, e não mais apenas do extrativismo, sempre tendo um sacerdote como sua principal liderança.

Essas comunidades agrícolas foram organizadas por meio de um trabalho associativo. Pessoas passaram a produzir e distribuir igualmente os alimentos, roupas, e todas as demais riquezas materiais que estivessem





A chegada dos evangélicos na região amazônica é um fenômeno que merece atenção especial.

Corda que trespassa a procissão do Círio de Nazaré, Belém (PA).

à disposição. Como estratégia para implantar essa forma de organização, a Igreja Católica instalou pequenas sedes, denominadas prelaças, em diferentes territórios da Amazônia. Eram unidades menos importantes em sua estrutura hierárquica.

O trabalho dos missionários ligados a essas prelaças foi essencial para a formação do que hoje se conhece como “comunidades ribeirinhas”: da sua forma de organização (vinculadas a associações legalmente constituídas) ao seu estilo de vida colaborativo.

A atuação na Igreja Católica na Amazônia, portanto, mistura questões vinculadas especificamente à pregação da fé cristã a questões de cunho político e social. Esse perfil foi responsável por muito da organização dos processos de lutas por direitos, tanto para as pessoas quanto para a floresta.

Em 2019, o Papa Francisco convocou a assembleia sinodal que teve como tema “Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para a ecologia integral”, cujos principais produtos são a exortação apostólica denominada

“Querida Amazônia”, além do documento final oficial, que passou a orientar a atuação dos católicos na região.

A chegada dos evangélicos na região amazônica também é um fenômeno que merece atenção especial. O crescimento do número de igrejas é da ordem de 300% no período 2010-2020, sendo que o número de evangélicos deve superar o de católicos até 2032.

Os evangélicos pentecostais e neopentecostais têm ocupado cada vez mais espaço entre as comunidades amazônicas. As igrejas protagonistas são Assembleia de Deus, Universal do Reino de Deus, Deus é Amor e Quadrangular. Elas atuam, principalmente, na conversão de pessoas com baixo poder econômico.

A preocupação é tanta que o Supremo Tribunal Federal acatou, em 2021, um pedido de ação direta de inconstitucionalidade impetrado pela Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (Apib) contra uma medida que permitia a ação de missionários evangélicos nos territórios indígenas brasileiros.

Vale mencionar que o caminho inverso também ocorre: manifestações religiosas oriundas das populações tradicionais da Amazônia têm se disseminado por outras regiões do Brasil. O caso mais emblemático é a consagração da ayahuasca, uma bebida produzida pela mistura do cipó de mariri (*Banisteriopsis caapi*) e das folhas da chacrona (*Psychotria viridis*), presente em mais de 70 etnias indígenas da floresta amazônica.

Também conhecida no Brasil como daime, o uso dessa bebida com finalidades religiosas e espiritualistas tem invadido grandes cidades e se tornado uma prática comum entre pessoas de diversas crenças, em rituais que vêm sendo denominados de xamanismo urbano ou neoxamanismo.

A ingestão da ayahuasca promove alterações no estado de percepção e provoca reações diversas nas pessoas, sendo que na maioria delas ocorre uma ampliação da consciência com relatos de visões de ancestrais e de vidas passadas. É também considerada um ritual de limpeza do corpo, pois provoca vômitos e diarreia.

Temas contemporâneos transversais da BNCC que podem ser trabalhados com a leitura do capítulo de Ana Luísa

- Conexões culturais e saberes populares.
- Diálogo; diversidade valorização do multiculturalismo.
- Novas formas de participação.



Mar de pescadores





Davi Mescouto Melo, 12 anos. Ajuruteua, Pará

A história do menino Davi (livro 1, capítulo 10) reforça como é múltiplo o cardápio de paisagens e realidades na Amazônia. O território que ocupa 58,93% do país tem cidades e comunidades localizadas até em litoral oceânico, como é o caso de Ajuruteua, a 37 quilômetros de Bragança, no Pará.

Uma sugestão de trabalho pedagógico que o professor pode fazer com seus alunos nesse capítulo é ressaltar o conceito de Amazônia Legal e as diferenças entre as diversas regiões que a compõem. Trata-se de uma área de 772 municípios em nove estados do Brasil (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão), com mais de 5 milhões de quilômetros quadrados.

A instituição para tocar projetos de desenvolvimento foi obra do presidente Getúlio Vargas, em 1953, ao criar a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). A missão era promover a economia local de modo a integrá-la ao restante do país.

Já no governo do presidente Castelo Branco, a SPVEA foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento

da Amazônia (Sudam), com o objetivo de elaborar, coordenar, executar e supervisionar programas, projetos e planos dos órgãos federais que atuavam na região. Uma das suas primeiras ações foi, em 1967, criar a Zona Franca de Manaus, uma área com isenção de impostos com a finalidade de promover o livre comércio de mercadorias e implantar um polo industrial nos arredores da capital amazonense.

Como os critérios para a criação da Amazônia Legal foram políticos e geográficos, e não ecológicos, seu território é formado principalmente por três biomas: a própria floresta amazônica e partes do Cerrado e do Pantanal. Também está presente, como foi abordado na história do menino Homero (livro 1, capítulo 4), nos ambientes de transição entre água doce e salgada, como na foz do rio Amazonas, área onde aconteciam as pororocas.

O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil: dois milhões de quilômetros quadrados, ou seja, cerca de 25% do território nacional. No entanto, na Amazônia encontramos apenas 150 mil quilômetros quadrados desse bioma (7% de seu território), nos estados do Amapá, Pará, Roraima, Tocantins e Mato Grosso. O Pantanal, bioma que ocupa cerca de 12% do território nacional, é encontrado na Amazônia Legal apenas no Estado do Mato Grosso.

Nos estados do Maranhão, Amapá e parte do Pará há, também, extenso litoral oceânico, que se prolonga por mais de 1.500 quilômetros, entre o rio Oiapoque (AP) e a baía de São Marcos (MA). No Pará, esse litoral tem como característica a presença de uma grande quantidade de ilhas, baías e penínsulas associadas à desembocadura de rios de médio e curto percurso, onde predominam ecossistemas de manguezais e restingas.

As populações que residem na faixa litorânea têm a pesca e o extrativismo de frutos do mar como principais motores da economia local, além das atividades do turismo de veraneio, como no município de Salinópolis (PA).

A abertura de rodovias que acessam atualmente as comunidades pesqueiras litorâneas da Amazônia influenciou as relações sociais e o tipo de técnicas de pesca (uma vez que a pesca industrial ganhou fôlego).

A partir da segunda metade do século XX, começaram a ser utilizadas embarcações grandes, de até 20 toneladas de capacidade média de transporte de peixes. O uso de redes de arrasto mecanizadas tornou-se comum. Resultado: fim da seleção de peixes pelo tamanho, forte impacto no meio ambiente marinho e alteração das relações existentes entre o ser humano e o mar.

A presença da pesca artesanal (técnicas tradicionais, como o curral, a tarrafa e o espinhel) ainda é, no entanto, muito presente – fonte de subsistência de boa parte da população litorânea. O curral (conhecido como “cerco” no Sudeste) é um tipo de armadilha montada em locais de solo marinho com mar tranquilo e baixa declividade. É um cercado no qual os peixes entram e, com a mudança da maré, não conseguem sair. O material utilizado é uma esteira de taquara presa a estacas de madeira.

Já o espinhel é um aparelho de pesca formado por uma linha principal (linha madre), linhas secundárias (alças) e anzóis, onde se penduram iscas (sardinha, cavalinha e lula) para atrair os peixes. Em suas extremidades são colocadas boias para facilitar a localização.

A pesca por tarrafa é uma modalidade na qual o pescador joga na água um tipo de rede circular com pesos de chumbo nas extremidades, de modo a prender e retirar os peixes que nela ficam aprisionados.

A vila de pescadores de Ajuruteua, onde vive o Davi, fica na região da Reserva Extrativista Marinha (REM) Caeté-Taperaçu. Essa Unidade de Conservação de Uso Sustentável foi criada em 2005, por ser uma região de grande ocorrência de manguezais (equivalente a 28,3% do total desse ecossistema no Brasil). A pesca tradicional (com

técnicas simples de coleta) e o extrativismo realizado por mão de obra familiar caracterizam a vida das populações ali residentes. A base de sustentação social e econômica está nas relações do homem com o mar.

Conhecer a diversidade de biomas, ecossistemas, estilos de vida humanos, incluindo-se aqui as comunidades pesqueiras litorâneas da Amazônia, ajuda os alunos a compreender, um pouco mais, o incrível mosaico de paisagens, povos e culturas que habitam essa imensa região do nosso país.

Um traço cultural do nordeste do Pará está ligado ao fim de um dia de pesca: assim como acontece entre agricultores, pescadores fecham o dia dançando carimbó ao ritmo do tambor. O carimbó é uma típica dança de roda, na qual os rapazes convidam as moças para bailar batendo palmas. Em contrapartida, as moças, vestindo saia rodada de cores vibrantes, tentam cobrir a cabeça de seus pares.

A palavra é de origem indígena – do tupi *korimbó* (pau que produz som), uma referência ao curimbó, principal instrumento usado nessa dança folclórica, um tipo de tambor feito com um tronco oco. Trazido ao Brasil pelos africanos, o carimbó incorporou influências indígenas e europeias – receita com os “ingredientes” clássicos da formação do brasileiro.

Em 1880, o carimbó foi criminalizado na capital paraense, enquadrado pela Lei nº 1.028, o Código de Posturas de Belém: “É proibido, sob pena de 30.000 réis de multa: (...) Fazer bulhas, vozerias e dar altos gritos (...). Fazer batuques ou samba. (...) Tocar tambor, carimbó, ou qualquer outro instrumento que perturbe o sossego durante a noite, etc.”.

No entanto, em 2014, o carimbó foi declarado Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. A titulação da dança, concedida pelo Iphan, veio no ano seguinte, em 2015. O Estado do Pará celebra no dia 26 de agosto o Dia Municipal do Carimbó, data escolhida em homenagem ao nascimento do Mestre Verequete (1916-2009), o Rei do Carimbó.

Temas contemporâneos transversais da BNCC que podem ser trabalhados com a leitura do capítulo de Davi

- Busca de autonomia na formação de crianças e jovens.
- Diálogos com o território.
- Saúde e meio ambiente.
- Vida familiar e social.
- Segurança alimentar e nutricional.



Horizonte Macuxi





Renata Raposo, 9 anos. Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Roraima

Renata (livro 1, capítulo 13) é uma menina macuxi que nasceu e vive na Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol, umas das mais emblemáticas pela luta na sua implementação, que envolveu uma grande polêmica no Brasil. Desde sua demarcação, em 2005, plantadores de arroz, que ocupavam as mesmas terras, reagiram violentamente às tentativas de desocupação promovidas inclusive pelo Exército brasileiro.

Os conflitos entre indígenas e arroteiros provocaram muitas mortes. Os episódios tiveram ampla divulgação na imprensa brasileira e internacional. Em 2008, o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu, por liminar, a consolidação da Terra Indígena. Os não indígenas deixaram a região em 2009. Assim, os 1.747.464 hectares foram destinados às comunidades das etnias Macuxi e Wapichana, principalmente, além de Patamona, Taurepang e Ingarikó.

Povos que falam a família linguística Karib, os Macuxi representam a maior população indígena em Roraima, com quase 20 mil indivíduos. Já os Wapichana são da família linguística Aruak – em Roraima, são cerca de 8 mil indivíduos. Essa etnia passou a ser nacionalmente conhecida após Joênia Wapichana, ex-deputada federal, ser a

primeira indígena indicada a assumir a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em 2023. Ela foi uma das principais lideranças na demarcação da TI Raposa Serra do Sol, além de ser a primeira mulher indígena a exercer a profissão de advogada no Brasil.

Os Macuxi constituem um povo que vive ali há pelo menos dois mil anos. Exímios ceramistas, eles possuem uma mitologia complexa e importante, que descreve que todas as coisas criadas na Terra estão ligadas a realizações dos heróis Makunaimî, Enxikirang e Ani’ké – filhos do sol. Makunaimî é, ao mesmo tempo, o Deus criador e um homem brincalhão que habita o Monte Roraima, do qual os Macuxi são descendentes diretos. Foi essa entidade sagrada que inspirou o escritor Mário de Andrade a escrever o livro *Macunaíma*, sua obra-prima, publicado em 1928.

Dessa mesma cosmologia, vale citar o Kanaimé, um ser que corporifica forças do mal e castiga as pessoas que fazem o mal, a Cruviana, deusa do vento que encanta os homens com o frescor noturno da mata, e Ko Ko Non (Vovó Barro) que, como protetora da argila, permite aos Macuxi produzirem as suas peças cerâmicas, desde que eles levem presentes, como charutos, comida em panela de barro e caxiri (bebida fermentada) na cuia, como retribuição.

As panelas de barro são uma tradição ancestral desse povo. Nelas são preparadas comidas típicas, como a “darumida”, feita de tucupi preto extraído da mandioca e cozido por mais de oito horas até ficar bem viscoso, pimenta e algum peixe ou caça como fonte de proteína. Outra importante manifestação cultural é a parixara, uma dança acompanhada de cantos ritualísticos realizada com vestimentas de palha e instrumentos que fazem barulho, como chocalhos feitos de sementes.

Falar sobre a produção de peças de artesanato, como as panelas de barro dos Macuxi, ou mesmo sobre cestaria, objetos de madeira e de sementes elaborados por outros povos, é uma boa oportunidade para os professores abordarem a relação entre a função utilitária e mesmo mitológica dessas peças com a estética associada à “arte indígena”, uma apropriação cultural mais recente, após o contato com os não indígenas. Artesanato e arte são manifestações culturais próximas, mas não iguais, que merecem um debate aprofundado com os alunos.

Originalmente os Macuxi realizavam troca de suas panelas de barro com os Ingarikó, produtores de objetos de fibra de arumã, como tipitis e jamanxim, que desciam das serras especialmente para esse fim. Cada etnia guarda um tipo de saber. As trocas de artefatos eram muito comuns no passado.

Manufaturar objetos a partir de materiais existentes na Amazônia é prática ancestral fundamental para a sobrevivência dos povos que ali vivem. Com marcas características de cada etnia (como grafismos e técnicas de tecelagem e moldura), barro, palha, madeira, sementes, taquaras e fibras se transformam em potes, cuias, bancos, instrumentos musicais, artefatos de caça, cestos para transporte, remos e uma série de outros objetos ornamentais ou de uso cotidiano.

Esses produtos vêm sendo valorizados nos tempos atuais como objetos de arte ancestral e têm encontrado grande valor de mercado para venda a povos não indígenas, o que os torna uma importante fonte de renda para as comunidades da Amazônia.

Resultado da chamada “economia criativa”, ou seja, oriundos de processos de fabricação que associam saberes ancestrais com técnicas muito complexas de produ-

Os Macuxi constituem um povo que vive ali há pelo menos dois mil anos. Exímios ceramistas, eles possuem uma mitologia complexa e importante, que descreve que todas as coisas criadas na Terra estão ligadas a realizações dos heróis Makunaimî, Enxikirang e Ani’ké – filhos do sol.

ção, os objetos manufaturados pelas populações tradicionais têm se tornado, inclusive, itens de exportação para diversos países.

O conjunto de saberes que permitem aos povos amazônicos produzir objetos com tamanha beleza é conhecido como “tecnologia tradicional”: conhecimentos práticos, processos, técnicas e ferramentas que permitem a produção e uso de objetos. O artesanato indígena é resultado de técnicas desenvolvidas ao longo de muito tempo, e sempre associadas à utilidade dos produtos, e é aliado, quase invariavelmente, à cultura e cosmologia de cada etnia.

Não é possível falar em uma “arte indígena”, pois esse conceito não é compatível com a maioria dos povos da Amazônia. No entanto, a partir dos elementos da cultura, muitos artistas indígenas têm feito releituras dos objetos e da estética tradicional para elaborar peças de arte muito apreciadas e valorizadas no Brasil e no mundo.

Jaider Esbell (1979-2021), por exemplo, é um artista macuxi que se destacou no campo das artes visuais e na literatura. É autor do livro *Terreiro de Makunaima – Mitos, Lendas e Estórias em Vivências*, mas ficou reconhecido como pintor, desenhista e criador de instalações. Participou, com destaque, da 34ª Bienal de São Paulo, em 2021. Nesse mesmo ano, ele foi o curador da mostra “Moquém – Surarí: arte indígena contemporânea”, no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), que reuniu outros



importantes artistas indígenas de diversas etnias, como Ailton Krenak, Amazoner Arawak, Antonio Brasil Marubo, Arissana Pataxó, Armando Mariano Marubo, Bartô, Bernaldina José Pedro, Bu’ú Kennedy, Carlos Papá, Carmézia Emiliano, Charles Gabriel, Daiara Tukano, Dalzira Xakriabá, Davi Kopenawa, Denilson Baniwa, Diogo Lima, Elisclésio Makuxi, Fanor Xirixana, Gustavo Caboco, Isael Maxakali, Isaias Miliano, Joseca Yanomami, Luiz Matheu, Mahku, Mario Flores Taurepang, Nei Leite Xakriabá, Paulino Joaquim Marubo, Rita Sales Huni Kuin, Rivaldo Tapyrapé, Sueli Maxakali, Vernon Foster, Yaka Huni Kuin e Yermollay Caripoune.

Jaider Esbell é o autor deste trecho que descreve a deusa do vento macuxi:

Lá vem a sedutora Cruviana, o vento sonante, frio e encantador da madrugada. Por que anda na madrugada sozinho, tão frágil? Não te avisaram da Cruviana? Ela vem lentamente,

descendo as serras, contornando os morros, arrastando seu manto nas moitas dos tesos, vem buscando as terras planas da savana onde deseja encontrar uma rede à sua espera. Chegou a Cruviana, chegou no barracão, deitou-se comigo e não era sonho. Pela manhã estava só, de volta aos meus dias; à noite, outra vez vaguei, mas nunca mais minha Deusa, nunca mais eu te encontrei .

A economia criativa, associada à economia solidária, ou seja, aquela que é produzida coletivamente pelas populações amazônicas, de modo autogestionado, com a cooperação de todos com todos, respeito ao ambiente e que promove o comércio justo, é uma alternativa de geração de renda para a região. A prática contribui para a conservação de recursos naturais e culturais, garantindo oportunidades de trabalho para jovens, que podem optar por sua permanência no território.

Os artistas da Amazônia, indígenas e não indígenas, contribuem para a disseminação da produção cultural dos povos da floresta. Eles potencializam a manufatura de artesanato, arte e tecnologias ancestrais, que ganham visibilidade e escala como alternativa para a economia ecológica local.

Temas contemporâneos transversais da BNCC que podem ser trabalhados com a leitura do capítulo de Franciele

- Vida familiar e social.
- Interações humanas (direitos humanos, participação comunitária, gestão participativa, cooperação e solidariedade, partilha do conhecimento).
- Diálogos com o território.
- Busca de autonomia na formação de crianças e jovens.
- Novas formas de participação.
- Equidade, justiça social e cultura da paz.



Acima, cerâmica macuxi; à direita, Renata prepara o barro na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR). Próximas páginas, lagoa na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR).





Cidades sobre a floresta





Samuel Dias, 11 anos. Bairro de São Geraldo, Manaus, Amazonas

Samuel (livro 1, capítulo 14) vive em Manaus (AM), a maior cidade da região amazônica, com população de mais de 2,25 milhões de pessoas. Assim como Belém, no Pará (1,5 milhão), Porto Velho, em Rondônia (540 mil), Ananindeua, no Pará (535 mil), Macapá, no Amapá (523 mil), Boa Vista, em Roraima (420 mil), Rio Branco, no Acre (413 mil), Santarém, no Pará (307 mil), e Marabá, também no Pará (284 mil pessoas), a capital amazonense faz parte do conjunto de grandes cidades construídas sobre a floresta.

Das 28 milhões de pessoas que vivem na Amazônia, cerca de 75% moram em áreas urbanas. Praticamente todas as grandes cidades estão localizadas às margens dos rios. A maioria delas tem população com até 50 mil pessoas (86%), ou entre 50 e 100 mil pessoas (8%).

As pessoas que moram em áreas urbanas padecem de problemas típicos de cidades que cresceram de forma não planejada. A maioria apresenta indicadores de qualidade de vida inferiores aos de outras regiões do Brasil. A renda média domiciliar, por exemplo, é 46% menor do que a média nacional.

Manaus e Belém, as duas maiores, são cidades que já passaram por estágios diversos de desenvolvimento. Em

seu apogeu, durante o ciclo da borracha (1890-1920), elas viveram o que se convencionou chamar de “Belle Époque Amazônica”, quando chegaram a ser as capitais mais desenvolvidas do país, com infraestrutura que incluía rede de eletricidade e de esgoto, sistemas de água encanada, cinemas, museus e teatros imponentes, como o Teatro Amazonas e o Teatro da Paz.

A crise econômica posterior a esse período, apesar de alguns episódios de recuperação com outras atividades, impôs a essas capitais um tipo de desenvolvimento urbano bastante desordenado, que resultou em problemas sociais de solução complexa.

Segundo o IBGE, Belém e Manaus possuem 22,4% e 25,1% do entorno de domicílios com árvores ao redor, sendo, assim, respectivamente, as duas capitais com o menor percentual de arborização urbana entre outras 15 cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes. Apenas como comparação, Goiânia (89,5%), Campinas (88,4%) e Belo Horizonte (83%), as três grandes cidades mais arborizadas do Brasil, têm quatro vezes mais áreas verdes do que as duas maiores capitais do Norte. O dado revela o grau de descuido com o desenvolvimento urbano na

Amazônia. Afinal, ambas as cidades foram edificadas no seio da maior floresta tropical do planeta.

Considerando que a transformação das cidades em espaços cada vez mais adequados para garantir qualidade de vida para seus habitantes é uma meta mundial, prevista pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 11 – “tornar as cidades mais inclusivas e sustentáveis”), o desafio de remodelar a infraestrutura urbana é premente. Os aspectos mais preocupantes referem-se às áreas da habitação de interesse social, dos transportes públicos urbanos (mobilidade), e do saneamento básico e ambiental.

Em Manaus, mais da metade (53,4%) dos cerca de 650 mil domicílios ficam em favelas, a maioria sobre palafitas, ou em invasões e loteamentos clandestinos. Em Belém, a situação é ainda pior, pois lá são cerca de 56% de domicílios precários ou irregulares. Tal precariedade é resultado de um processo de ocupação territorial que

ignorou as características ambientais locais e que implementou um modelo de urbanização externo à realidade amazônica. A floresta foi derrubada e os terrenos foram aterrados e aplainados, conforme se fazia em cidades de outras regiões do Brasil.

O crescimento das cidades se deu “de costas” para as florestas e para os rios que as cercam, desprezando os saberes tradicionais da população local e seu relacionamento ancestral com os fatores ambientais. As construções de residências e toda a infraestrutura urbana foi copiada de cidades maiores do Brasil, principalmente as litorâneas, quase todas com pouco planejamento para seu desenvolvimento.

Por esse motivo, hoje, as ruas e estradas, por exemplo, se sobrepõem às estruturas hidroviárias que permitiam a navegação, o que desvaloriza as práticas produtivas que aconteciam nas margens dos rios.

Manaus é símbolo dessa falta de visão de futuro, apre-

Página anterior, palafitas em Manau (AM). Abaixo, Samuel joga bola em Manaus (AM).



sentando altos índices de pobreza, expansão de áreas insalubres para moradia, precariedade na mobilidade urbana e sistema público de saúde sucateado. Das cem maiores cidades brasileiras, ela aparece entre as 20 piores, na 89ª posição quando se fala de coleta/tratamento de esgoto e fornecimento de água potável, mesmo estando localizada às margens de um dos mais caudalosos rios brasileiros: o Negro.

Os professores podem aproveitar o relato de Samuel para discutir com seus alunos os problemas urbanos referentes

à realidade do território onde se localizam as escolas, apontando o que há de semelhante e de diferente com relação à realidade observada nas cidades amazônicas.

Ao contrário das populações ribeirinhas e comunidades indígenas do interior da Amazônia, que conseguem na floresta um pouco de segurança alimentar e emocional, os moradores das favelas urbanas sofrem impactos diretos de sua vulnerável e degradante condição social, onde a ausência de saneamento básico e a dificuldade de obter

atendimento de saúde são a tônica.

As palafitas construídas sobre os igarapés nas periferias das cidades amazônicas, e que formam aglomerados desordenados de habitações precárias, padecem da ausência de condições mínimas de saneamento. Com o efeito das mudanças climáticas, cada vez mais se tornam áreas de risco para sua população. As enchentes acima da média, que têm se repetido com muita frequência, invadem ou derrubam as residências, ou estragam móveis e objetos pessoais, o que agrava as condições de vida das

pessoas. A busca de solução para os problemas das cidades amazônicas precisa considerar as características únicas da região, como o clima, a cercania da floresta e dos rios, e a topografia plana e baixa.

Outro problema que tem se agravado na região amazônica é a chegada de imigrantes, que estão fugindo de condições ainda mais precárias em seus países de origem. Haitianos tentam sair de regiões ambientalmente impactadas por terremotos, guerras e conflitos regionais; venezuelanos abandonam seu país por questões econômicas e crise humanitária. Esses são os dois fluxos migratórios mais preocupantes nas grandes cidades amazônicas.

Em um período de cinco anos (2010 a 2015) foi registrada por órgãos oficiais do Brasil a entrada de mais de 85 mil haitianos no país e, em apenas três anos (2017 a 2020), de mais de 260 mil venezuelanos.

Temos aqui outra oportunidade para debate entre os estudantes, pois os motivos para a ocorrência dos processos migratórios, aliados aos problemas de adaptação dos que chegam e dos que recebem, são temas muito atuais que envolvem conceitos ligados a direitos humanos, diversidade e saúde, principalmente.

Os desafios para o futuro da Amazônia envolvem – para além das questões ambientais da floresta – aspectos sociais de sua população, cada vez mais urbana. Envolvem também questões econômicas, com a oportunidade de implementar soluções inovadoras para produção e consumo, demandando melhores condições de vida para as pessoas. É esse o único caminho para consolidar políticas públicas eficientes.

Os desafios são do tamanho da Amazônia. As oportunidades, também.

Temas contemporâneos transversais da BNCC que podem ser trabalhados com a leitura do capítulo de Samuel.

- Vida familiar e social.
- Interações humanas (direitos humanos, participação comunitária, gestão participativa, cooperação e solidariedade, partilha do conhecimento).
- Direitos humanos.
- Novas formas de participação.
- Equidade, justiça social e cultura da paz.

Detalhe do Teatro Amazonas (1896), em Manaus (AM).
Próxima página, encontro do rio Negro com o Solimões, próximo a Manaus (AM).





PARA IR ALÉM...

Sugestão de **filmes e documentários** para aprofundar o mergulho em diversos aspectos da Amazônia

<i>Aguirre, a cólera dos deuses</i> (1972) Direção: Werner Herzog	<i>No meio do rio, entre árvores</i> (2010) Direção: Jorge Bodanzky	<i>Wappa</i> (2017) Direção: Henry Grazinolister
<i>Iracema – uma Transa Amazônica</i> (1974) Direção: Jorge Bodanzky e Orlando Senna	<i>As Hiper Mulheres</i> (2011) Direção: Takumã Kuikuro, Leonardo Sette e Fausto Carlos	<i>Ex-pajé</i> (2018) Direção: Luiz Bolognesi
<i>Raoni</i> (1978) Direção: Jean Pierre Dutilleux e Luiz Carlos Saldanha	<i>Tainá 3 – A origem</i> (2011) Direção: Rosane Svartman	<i>Sob a pata do boi</i> (2018) Direção: Marcio Isensee e Sá
<i>Jari</i> (1979) Direção: Jorge Bodanzky e Wolf Gauer	<i>Vale dos Esquecidos</i> (2011) Direção: Maria Raduan	<i>Soldados do Araguaia</i> (2018) Direção: Belisario Franca
<i>Terceiro milênio</i> (1981) Direção: Jorge Bodansky e Wolf Gauer	<i>Amazônia</i> (2012) Direção: Thierry Ragobert	<i>Amazônia, o despertar da Florestania</i> (2019) Direção: Miguel Przewodowski
<i>Fitzcarraldo</i> (1982) Direção: Werner Herzog	<i>Amazônia eterna</i> (2012) Direção: Belisario Franca	<i>Amazônia Groove</i> (2019) Direção: Bruno Murtinho
<i>Fronteira das almas</i> (1988) Direção: Hermano Penna	<i>Rio 2</i> (2014) Direção: Carlos Saldanha	<i>Novas espécies – A expedição do século</i> (2019) Direção: Maurício Dias
<i>O Brasil Grande e os Índios Gigantes</i> (1995) Direção: Aurélio Michiles	<i>The salt of the Earth</i> (2014) Direção: Juliano Ribeiro Salgado e Wim Wenders	<i>Soldados da borracha</i> (2019) Direção: Wolney Oliveira
<i>No Rio das Amazonas</i> (1995) Direção: Ricardo Dias	<i>El abrazo de la serpiente</i> (2015) Direção: Ciro Guerra	<i>Amazônia Sociedade Anônima</i> (2020) Direção: Estevão Ciavatta
<i>Anaconda</i> (1997) Direção: Luis Llosa	<i>O povo dourado somos todos nós</i> (2015) Direção: Daniela Perente, Cecília Engels e Felipe Kurc	<i>Nheengatu</i> (2020) Direção: José Barahona
<i>O cineasta da selva</i> (1997) Direção: Aurélio Michiles	<i>Órfãos do Eldorado</i> (2015) Direção: Guilherme Coelho	<i>Ainbo: spirit of the Amazon</i> (2021) Direção: José Zelada e Richard Claus
<i>Mário</i> (1999) Direção: Hermano Penna	<i>The lost city of Z</i> (2016) Direção: James Gray	<i>A última floresta</i> (2021) Direção: Luiz Bolognesi
<i>Tainá – uma aventura na Amazônia</i> (2001) Direção: Sérgio Bloch e Tânia Lamarca	<i>Beyond Fordlândia</i> (2017) Direção: Marcos Colón	<i>À margem do ouro</i> (2022) Direção: Sandro Kakabadze
<i>Era uma vez Iracema</i> (2005) Direção: Vincent Carelli	<i>Oro</i> (2017) Direção: Agustín Díaz Yanes	<i>Gyuri</i> (2022) Direção: Mariana Lacerda
<i>Navegaramazônia – uma viagem com Jorge Mautner</i> (2006) Jorge Bodanzky e Evaldo Mocarzel	<i>Taego Āwa</i> (2017) Direção: Henrique Borela e Marcela Borela	<i>O reflexo do lago</i> (2022) Direção: Fernando Segtowitz
<i>Corumbiara</i> (2009) Direção: Vincent Carelli		<i>Pureza</i> (2022) Direção: Marcus Ligocki e Renato Barbieri

Agora, uma lista de **livros** com o foco na Amazônia

<i>A cidade perdida</i> David Grann, Ed. Companhia das Letras	<i>Amazônia: o anteato da destruição</i> Lúcio Flávio Pinto, Ed. Grafisa	<i>Homens invisíveis</i> Leonencio Nossa, Ed. Record
<i>A invenção da Amazônia</i> Neide Gondim, Ed. Valer	<i>Arrabalde</i> João Moreira Salles, Ed. Companhia das Letras	<i>Ideias para adiar o fim do mundo</i> Ailton Krenak, Ed. Companhia das Letras
<i>A marcha para o Oeste</i> Orlando Villas-Bôas e Cláudio Villas-Bôas, Ed. Companhia das Letras	<i>Banzeiro òkôtô: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo</i> Eliane Brum, Ed. Companhia das Letras	<i>Macunaíma</i> Mário de Andrade, Ed. José Olympio
<i>A queda do céu: palavras de um xamã yanomami</i> Davi Kopenawa e Bruce Albert, Ed. Companhia das Letras	<i>Boca do Amazonas: sociedade e cultura em Dalcídio Jurandir</i> Willi Bolle, Ed. Sesc	<i>O fim do silêncio: presença negra na Amazônia</i> Patrícia Alves-Melo, Ed. CRV
<i>A última floresta: a Amazônia na era da globalização</i> Brian Kelly e Mark London, Ed. Martins Fontes	<i>Brasil Indígena: histórias, saberes e ações</i> Organização de Maurício Fonseca e Marina Herrero, Ed. Sesc	<i>O ladrão no fim do mundo</i> Joe Jackson, Ed. Objetiva
<i>As Amazonas de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica</i> (3 volumes) Bertha K. Becker, Ed. Garamond	<i>Cabeça do Cachorro</i> Araquém Alcântara e Dráuzio Varella, Ed. TerraBrasil	<i>O Livro de Ouro da Amazônia</i> João Meirelles Filho, Ed. Ediouro
<i>As crônicas do Rio Amazonas: tradução, introdução e notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia</i> Antonio Porro, Editora Valer	<i>Caminhos de liberdade</i> Javier Moro, Ed. Planeta	<i>Os passos perdidos</i> Alejo Carpentier, Ed. Martins Fontes
<i>As crônicas do Rio Amazonas: tradução, introdução e notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia</i> Antonio Porro, Editora Valer	<i>Cercos e resistências: povos indígenas isolados na Amazônia brasileira</i> Organização de Fany Ricardo e Majoi Fávero Gongora, Instituto Socioambiental	<i>Órfãos do Eldorado</i> Milton Hatoum, Ed. Companhia das Letras
<i>A grande floresta</i> Araquém Alcântara, Antonio Paulo Pavone e Otávio Rodrigues, Ed. TerraBrasil	<i>Chico Mendes: crime e castigo</i> Zuenir Ventura, Ed. Companhia das Letras	<i>Paraíso suspeito: a voragem amazônica</i> Leopoldo M. Bernucci, Ed. Edusp
<i>Amazonas: pátria da água – Water heartland</i> Thiago de Mello, Ed. Gaia	<i>Desenvolvimento sustentável da Amazônia: menos desmatamento, desperdício e pobreza, mais preservação, alimentos e riqueza</i> Rinaldo Segundo, Juruá Editora	<i>Rebelião na Amazônia: cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840</i> Mark Harris, Ed. Unicamp
<i>Amazônia</i> Araquém Alcântara, Ed. TerraBrasil	<i>Esqueleto na Lagoa Verde: ensaio sobre a vida e o sumiço do coronel Fawcett</i> Antonio Callado, Ed. Companhia das Letras	<i>Rio Babel: a história das línguas na Amazônia</i> José Ribamar Bessa Freire, Ed. Uerj
<i>Amazônia: uma década de esperança</i> João Paulo Ribeiro Capobianco, Ed. Estação Liberdade	<i>Fordlândia</i> Greg Grandin, Ed. Rocco	<i>Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central</i> Eduardo Góes Neves, Ubu Editora
<i>Amazônia: colônia do Brasil</i> Violeta Loureiro, Ed. Valer	<i>Gênesis</i> Sebastião Salgado, Ed. Taschen do Brasil	<i>Tristes trópicos</i> Claude Lévi-Strauss, Ed. Companhia das Letras
<i>Amazônia de Euclides: a viagem de volta a um paraíso perdido</i> Daniel Piza e Tiago Queiroz, Ed. LeYa	<i>História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século 21</i> Márcio Souza, Ed. Record	<i>Turista aprendiz</i> Mário de Andrade, Ed. Garnier
	<i>Um futuro para a Amazônia</i> Bertha Becker e Claudio Stenner, Ed. Oficina de Textos	<i>Xingu: história dos produtos da floresta</i> Vários autores, Instituto Socioambiental

AGRADECIMENTOS

Acauã Kamayurá
Ageu Mescouto Melo
Bel Juruna
Cátedra Sustentabilidade e Visões de Futuro (Unifesp)
Cleison dos Santos Gomes
Cleucimar da Silva Raposo
Daiana Santos de Vitro
Dida Kohoi Kalapalo
Diogo Barbosa
Eládio Gomes Canto
Eliza Toledano
Enoque Makuxi
Francisco das Chagas Marques Pereira
Gerson Tadeu Teles e Teles
Gilbson dos Santos Campos
Gustavo P. Dias
Ildo Aquelino Batista
Instituto Physis – Cultura e Ambiente
Iracema dos Santos Nascimento
Ivete Gomes de Andrade
Jaime Ohna
Karina Kamayurá
Lucia Cortez
Erivaldo Cavalcante
Ernilza Cavalcante Ribeiro
Hortencia Correa Dias
Leandro da Monotur
Leiliane Jacinto Pereira
Luis Toledano
Magno da Silva Dias
Maria Eduarda Nascimento Teles
Marcelo Salazar
Nélio Palheta de Vigia
Paloma Kamayurá
Parmênio Cito
Railene dos Santos
Raimunda Nonato de Melo
Ruy Tone
Tassiane Costa Garcia
Thayse Luma Santos
Wanderley dos Santos Garcia

Crianças

Ana Luísa dos Santos Nunes
Davi Mescouto Melo
Elivaldo Cavalcante Ribeiro
Franciele Silva Pereira
Homero de Moura Gonçalves
Keicy Graziele Costa Gomes
Lalita Kamayurá
Maria Clara Toledano
Maria Vitória Correia Dias
Marcos Gustavo Sales Dias
Maykawá Juruna
Pedro Henrique Nascimento Teles
Raoni Kamayurá
Rayene dos Santos
Renata Raposo
Samuel Dias

Agradecimentos especiais à equipe do Banco C6

Alex Brito
Alexandra Paim
Marcos Massukado
Marina Mancini

CRÉDITOS IMAGENS

Página 30 - Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros USP –
Fundo Mário de Andrade, código de referência: MA-F-0433

Página 36 - Ricardo Teles / Pulsar Imagens

Página 45 - Carlos Ruggi / Estadão conteúdo

Página 57 - Acervo do Museu do Índio / FUNAI – Brasil

Página 58 - Acervo família Villas-Bôas

Página 107 - Fernando Sette

COPYRIGHT © 2023 Araquém Alcântara / TerraBrasil Editora
 Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial sem prévia autorização.

CONCEPÇÃO
ARAQUÉM ALCÂNTARA

EDIÇÃO
DÉCIO GALINA

TEXTO E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
ZYSMAN NEIMAN

FOTOGRAFIA
ARAQUÉM ALCÂNTARA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
CIRO GIRARD

PRODUÇÃO EXECUTIVA
LULI HUNT

COORDENAÇÃO EDITORIAL E PRODUÇÃO GRÁFICA
HELOISA VASCONCELLOS

PREPARAÇÃO E REVISÃO DE TEXTO
VERA MASELLI

TRATAMENTO DE IMAGENS
JOSÉ FUJOCKA

ASSISTENTES DE FOTOGRAFIA
ALAN OJU
RUBENS MATSUSHITA

ASSISTÊNCIA JURÍDICA
DENISE JARDIM
GILBERTO FALCÃO

MAPA
ALESSANDRO MEIGUINS

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
IPSIS GRÁFICA E EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Amazônia das crianças : guia de navegação /
 coordenação Zysman Neiman ; fotografias Araquém
 Alcântara. -- São Paulo, SP : TerraBrasil Editora,
 2023.

ISBN 978-65-88933-02-2

1. Amazônia - Fotografias 2. Cultura indígena
 3. Povos indígenas 4. Sustentabilidade ambiental
 I. Neiman, Zysman. II. Alcântara, fotografias
 Araquém.

23-151022 CDD-779.99811

Índices para catálogo sistemático:

1. Amazônia : Fotografias 779.99811

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253



Jaider Esbell. Um povo sagrado ninguém pode vencer, 2021

Acrílica sobre tela, 77 x 121 cm

Coleção Galeria Jaider Esbell de Arte Indígena Contemporânea

Foto: Bruno Leão

© Galeria Jaider Esbell de Arte Indígena Contemporânea

Este *Guia de Navegação*,
parte integrante do projeto
Amazônia das Crianças,
de Araquém Alcântara,
foi desenhado por Ciro Girard,
utilizando as fontes Agency e
Whitney e impresso pela Ipsis
Gráfica e Editora em papel
Névia 170 g/m², para a Editora
TerraBrasil, em maio de 2023.



O projeto **Amazônia das Crianças** dá voz a meninos e meninas que vivem na maior floresta do planeta. São dois livros. No primeiro, as crianças narram suas histórias. No segundo (este *Guia de Navegação*), as experiências de cada criança são desdobradas em conceitos históricos, sociais, econômicos e ecológicos. Foi pensado para ajudar o educador em sala de aula. Lições para formar uma geração consciente.

C6 BANK



ISBN: 978-65-88933-03-9



9 786588 933039